



**Universidade de
Aveiro**

Ano 2013

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

**Luis Figueiredo
Martins**

**Avaliação da qualidade do relato das autarquias do
distrito de Aveiro**



**Universidade de
Aveiro**

Ano 2013

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração da Universidade de Aveiro

**Luis Figueiredo
Martins**

**Avaliação da qualidade do relato das autarquias do
distrito de Aveiro**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Administração Pública realizada sob a orientação científica da Mestre Elda Maria da Costa e Melo Guimarães, Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

À minha mulher e filhas.

o júri

presidente

Professora Doutora Augusta da Conceição Santos Ferreira

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro da Universidade de Aveiro

vogal - arguente principal

Professora Doutora Maria José da Silva Fernandes

Professora Coordenadora do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

vogal - orientador

Mestre Elda Maria da Costa e Melo Guimarães

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Expresso aqui o meu agradecimento a todos os colegas e professores pelo apoio dado e estímulos que ajudaram nesta caminhada. De forma especial à orientadora, Professora Elda Maria da Costa e Melo Guimarães, devido ao apoio e disponibilidade demonstrada. De igual modo, à Professora Doutora Anabela Virgínia dos Santos Flores da Rocha, pela prestimosa ajuda.

palavras-chave

Autarquias locais, municípios, prestação de contas, relato financeiro, divulgação, contabilidade pública, governação local

resumo

O presente estudo pretende avaliar a qualidade de relato financeiro das autarquias do distrito de Aveiro face à normalização contabilística portuguesa para o setor, através dos documentos de prestação de contas e relatórios de gestão, divulgados entre 2009 e 2012, pelos dezanove municípios.

Vamos analisar o conjunto de demonstrações financeiras e relatórios de gestão divulgados pelos municípios do distrito, constituindo dois conjuntos correspondentes aos municípios pertencentes à NUTS 2 (Norte e Centro), com o objetivo de estabelecer uma comparação entre o relato financeiro e as exigências do normativo legal de enquadramento, verificar eventuais diferenças e procurar determinar os fatores subjacentes às diferenças encontradas.

O relato financeiro das autarquias locais está regulado no POCAL, na Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas e, complementarmente, na Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

keywords

Local autarchies, municipalities, accountability/accounting, financial report, disclosure, public accounting, local governance/government

abstract

The present study intends to assess the quality of financial reports of district of Aveiro's municipalities in relation to the Portuguese accounting standards for the sector, through the accounting documents disclosed between 2009 and 2012, in the nineteen municipalities.

We are going to analyze the set of financial demonstrations and management report disclosed by the district of Aveiro's municipalities, consisting of two sets corresponding to the municipalities belonging to NUTS 2 (north and centre), in order to establish a comparison between the financial report and the legal normative framework requirements, verifying eventual differences and looking for factors underlying the differences found.

The financial report of the local autarchies is regulated by POCAI, by Resolution n.º 4/2001– 2nd Section, of Tribunal de Contas and, complementarilly, by “Lei das Finanças Locais”, Law n.º 2/2007, passed on the 15th of January

Índice Geral

| | |
|--|----|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 – Quadro normativo de referência e revisão de estudos empíricos | 3 |
| 1. Quadro normativo de referência..... | 3 |
| 2. Revisão de estudos empíricos | 8 |
| Capítulo 2 – Estudo da informação divulgada pelos municípios | 10 |
| 1. Caracterização e distribuição dos municípios do distrito de Aveiro..... | 10 |
| 2. Problema, objetivos e hipóteses de investigação..... | 14 |
| 2.1. Identificação do problema | 14 |
| 2.1.1. Formulação do problema | 14 |
| 2.1.2. Objetivos de investigação | 16 |
| 2.2. Hipóteses de investigação | 17 |
| 3. Metodologia, delimitação e desenho da investigação | 18 |
| 3.1. Metodologia de investigação..... | 18 |
| 3.2. Delimitação e desenho da investigação..... | 21 |
| 3.2.1. Procedimentos estatísticos adotados..... | 21 |
| 3.2.2. Tratamento de dados | 21 |
| 4. Estudo do nível da qualidade do relato financeiro..... | 21 |
| 4.1. Processo de recolha e sistematização da informação | 21 |
| 4.2. Resultados da investigação | 25 |
| 4.2.1. Documentos da prestação de contas..... | 25 |
| 4.2.1.1. Estudo do quadriénio 2009 a 2012..... | 25 |

| | |
|--|----|
| 4.2.1.2. Estudo do ano 2011..... | 28 |
| 4.2.1.3. Estudo do ano 2012..... | 29 |
| 4.2.2. Relatório de gestão | 30 |
| 4.2.2.1. Estudo do quadriénio 2009 a 2012..... | 30 |
| 4.2.2.2. Estudo do ano 2011..... | 32 |
| 4.2.2.3. Estudo do ano 2012..... | 32 |
| 4.3. Estudo da relação entre o grau de conformidades e as habilitações dos políticos e técnicos..... | 33 |
| 4.3.1. Questionário sobre o grau de habilitações | 34 |
| 4.3.1.1. Resultados obtidos | 34 |
| 4.3.1.2. Caracterização da amostra | 36 |
| 4.4. Resultados agregados e avaliação, por ano e NUTS | 37 |
| 4.4.1. Análise do ano 2011..... | 37 |
| 4.4.1.1. Resultados de 2011 | 37 |
| 4.4.1.2. Avaliação da relação entre as habilitações dos políticos e técnicos com a qualidade de relato financeiro - Ano 2011 | 40 |
| 4.4.1.3. Avaliação dos resultados agregados, por NUTS – Ano 2011 | 47 |
| 4.4.2. Análise do ano 2012..... | 48 |
| 4.4.2.1. Resultados de 2012..... | 48 |
| 4.4.2.2. Avaliação da relação entre as habilitações dos políticos e técnicos com a qualidade de relato financeiro - Ano 2012 | 51 |
| 4.4.2.3. Avaliação dos resultados agregados, por NUTS – Ano 2012..... | 57 |
| Capítulo 3 – Conclusões e sugestões para investigação futura..... | 59 |

| | |
|--|----|
| Referências Bibliográficas | 62 |
| ANEXOS | 65 |
| Anexo 1 – Legislação sobre contabilidade autárquica | 67 |
| Anexo 2 – Acesso na internet aos documentos de prestação de contas | 69 |
| Anexo 3 – Documentos de relato financeiro publicitados na internet (2009 a 2011)..... | 73 |
| Anexo 4 – Documentos de relato financeiro publicitados na internet (2012) | 75 |
| Anexo 5 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2009 | 77 |
| Anexo 6 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2010 | 79 |
| Anexo 7 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2011 | 81 |
| Anexo 8 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2012 | 83 |
| Anexo 9 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2009 | 85 |
| Anexo 10 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2010 | 87 |
| Anexo 11 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2011 | 89 |
| Anexo 12 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2012 | 91 |
| Anexo 14 – Mapa de informação dos responsáveis políticos pela elaboração dos documentos de prestação de contas | 95 |
| Anexo 15 – Mapa de informação dos responsáveis técnicos pela elaboração dos documentos de prestação de contas..... | 97 |

Lista de Quadros

Quadro 1 – Distribuição dos municípios do distrito de Aveiro por níveis

Quadro 2 – Distribuição dos municípios do distrito de Aveiro por NUTS 2 – Norte e Centro

Quadro 3 – Caracterização dos municípios do distrito de Aveiro

Quadro 4 – Relação dos itens dos documentos de prestação de contas

Quadro 5 – Relação dos itens do Relatório de Gestão

Quadro 6 – Resumo do n.º de itens validados nos documentos de prestação de contas

Quadro 7 – Distribuição dos municípios de acordo com o número médio de itens validados em DPC

Quadro 8 – Resumo do n.º de itens validados nos relatórios de gestão

Quadro 9 – Distribuição dos municípios de acordo com o número médio de itens validados em RG

Quadro 10 – Habilitações literárias dos políticos e técnicos, por município

Quadro 11 – Distribuição dos políticos e técnicos de acordo com o grau de habilitações literárias e áreas de formação

Quadro 12 – Resultados de DPC, RG e Id, por município – Ano 2011

Quadro 13 – Percentagens obtidas no RG vs. grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2011

Quadro 14 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do RG e o grau de habilitação literária dos políticos - Ano 2011

Quadro 15 – Percentagens obtidas no DPC vs. grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2011

Quadro 16 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do DPC e o grau de habilitação literária dos técnicos - Ano 2011

Quadro 17 – Resultados por NUTS II Norte e Centro – Ano 2011

Quadro 18 – Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Norte – Ano 2011

Quadro 19 – Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Centro – Ano 2011

Quadro 20 – Resultados de DPC, RG e Id, por município – Ano 2012

Quadro 21 – Percentagens obtidas no RG vs. grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2012

Quadro 22 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do RG e o grau de habilitação literária dos políticos - Ano 2012

Quadro 23 – Percentagens obtidas no DPC vs. grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2012

Quadro 24 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do DPC e o grau de habilitação literária dos técnicos - Ano 2012

Quadro 25 – Resultados por NUTS II Norte e Centro – Ano 2012

Quadro 26 – Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Norte – Ano 2012

Quadro 27 – Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Centro – Ano 2012

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Representação da distribuição do nº de municípios de acordo com o número médio de itens validados em DPC

Gráfico 2 – Representação da distribuição do nº de municípios de acordo com o número médio de itens validados em RG

Gráfico 3 – Grau de habilitações literárias dos políticos

Gráfico 4 – Grau de habilitações literárias dos técnicos

Gráfico 5 – Percentagem de itens validados no DPC, por município – Ano 2011

Gráfico 6 – Percentagem de itens validados no RG, por município – Ano 2011

Gráfico 7 – Representação gráfica do teste de independência de RG e grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2011

Gráfico 8 – Representação gráfica do teste de independência de DPC e grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2011

Gráfico 9 – Percentagem de itens validados no DPC, por município – Ano 2012

Gráfico 10 – Percentagem de itens validados no RG, por município – Ano 2012

Gráfico 11 – Representação gráfica do teste de independência de RG e grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2012

Gráfico 12 – Representação gráfica do teste de independência de DPC e grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2012

Lista de Anexos

Anexo 1 – Legislação sobre contabilidade autárquica

Anexo 2 – Acessos na internet aos documentos de prestação de contas

Anexo 3 – Documentos de prestação de contas publicitados na internet (2009 a 2011)

Anexo 4 – Documentos de prestação de contas publicitados na internet (2012)

Anexo 5 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2009

Anexo 6 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2010

Anexo 7 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2011

Anexo 8 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2012

Anexo 9 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2009

Anexo 10 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2010

Anexo 11 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2011

Anexo 12 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2012

Anexo 13 – Questionário

Anexo 14 – Mapa de informação dos responsáveis políticos pela elaboração dos documentos de prestação de contas

Anexo 15 – Mapa de informação dos responsáveis técnicos pela elaboração dos documentos de prestação de contas

Índice de Siglas

| | |
|---------|--|
| AP | Administração Pública |
| B | Balanço |
| CCDRC | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro |
| CCDRN | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte |
| CE | Conselho Europeu |
| DPC | Documentos de Prestação de Contas |
| DR | Demonstração de Resultados |
| IASB | International Accounting Standards Board |
| Id | Índice de Divulgação |
| IMI | Imposto Municipal sobre Imóveis |
| INE | Instituto Nacional de Estatísticas |
| IPSAS | International Public Sector Accounting Standard |
| IPSAS 1 | International Public Sector Accounting Standard – Presentation of Financial Statements |
| IPSASB | International Public Sector Accounting Standards Board |
| IRC | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares |
| LFL | Lei das Finanças Locais |
| NUTS | Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas |
| PA | Plano de Atividades Relevantes |
| POC | Plano Oficial de Contabilidade |

| | |
|-------|--|
| POCAL | Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais |
| POCP | Plano Oficial de Contabilidade Pública |
| PPI | Plano Plurianual de Investimentos |
| RAA | Região Autónoma dos Açores |
| RAM | Região Autónoma da Madeira |
| RG | Relatório de Gestão |
| SNC | Sistema de Normalização Contabilística |
| U.E. | União Europeia |

Introdução

O tema deste estudo relaciona-se com a avaliação da qualidade de relato financeiro dos municípios do distrito de Aveiro.

O tema foi escolhido tomando em consideração diversos fatores, tais como, o critério da familiaridade do objeto de estudo, a sua singularidade e os contributos que terá na atividade profissional desempenhada pelos técnicos das autarquias.

Decidiu-se pela análise da quantidade de documentos elaborados por considerarmos que a qualidade do relato das autarquias locais está relacionada, no nosso entender, com a quantidade e qualidade da informação prestada por estas entidades públicas na sua prestação de contas anual. Desta forma, foi definido o objeto de estudo deste trabalho - a avaliação da qualidade de relato financeiro dos municípios do distrito de Aveiro - que passou pela análise descritiva da informação, passando pela identificação do tipo e nível de informação divulgada.

Pretende-se ainda determinar se há alguma relação entre a formação dos técnicos e autarcas e a quantidade e qualidade de informação de relato financeiro divulgada sob a forma de ficheiros editáveis, para os interessados poderem recolher e tratar a informação disponibilizada nas páginas dos municípios, numa “postura que considere os cidadãos como destinatários dessa informação em processos orientados para a transparência, prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos”, como observa Lourenço, Jorge, Moura e Sá, & Rolas (2011, p.28).

Como referiu Coutinho & Santos (2010, p.7), “é através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras. A elaboração das prestações de contas das autarquias não se deve cingir apenas ao que é obrigatório.”

Embora a legislação, que regula a disponibilização da informação inerente ao relato financeiro das autarquias locais, identifique alguns documentos a disponibilizar nas páginas de internet, julgamos importante divulgar todos os

documentos da prestação de contas, complementados com informação adicional em determinadas áreas de atuação, que possibilitem aos interessados compreender a atividade desenvolvida na entidade durante um determinado período.

Foi nesse sentido estudada a forma de elaboração e publicitação dos documentos da prestação de contas dos municípios do distrito de Aveiro, como iremos explicar.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo efetuamos uma apreciação do quadro teórico e normativo de referência, através da revisão bibliográfica de teorias e análise da harmonização e normalização contabilística na administração local, bem como da revisão de estudos empíricos relacionados com este tema.

Num segundo capítulo, será feito o estudo da informação divulgada pelos municípios do distrito de Aveiro, caracterizados no primeiro ponto. Neste capítulo e no segundo ponto, abordaremos as temáticas relacionadas com a definição do problema, dos objetivos e a formulação das hipóteses de investigação. Num terceiro ponto, será apresentada a metodologia de investigação, delimitação e desenho da investigação. Por último, no quarto ponto deste capítulo, faremos o estudo da evolução da qualidade de divulgação de informação pelos municípios e interpretaremos os resultados obtidos, focando a relação entre os resultados obtidos e as habilitações literárias de políticos e técnicos responsáveis pela informação.

Terminamos o presente trabalho pretendendo analisar o impacto na adoção de uma metodologia uniforme na apresentação das prestações de contas, por todos os municípios portugueses, bem como demonstrar quais as limitações do presente estudo e apresentar bases de trabalho para investigações futuras.

Capítulo 1 – Quadro normativo de referência e revisão de estudos empíricos

1. Quadro normativo de referência

O presente trabalho foi elaborado, tendo por quadro normativo de enquadramento, os seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 54-A/1999, de 22 de janeiro, que publicou em anexo o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local;
- b) Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República II Série n.º 191, de 18 de agosto, referente às Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- c) Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, ou Lei das Finanças Locais.

Os documentos de prestação de contas, exigidos nas instruções do Tribunal de Contas e no POCAL, para as autarquias obrigadas a remeter as contas àquele tribunal, são os seguintes:

- Balanço;
- Demonstrações dos resultados;
- Mapas de execução orçamental:
 - Controlo orçamental da receita;
 - Controlo orçamental da despesa;
 - Fluxos de caixa e contas de ordem;
 - Operações de tesouraria.
- Execução anual do plano plurianual de investimentos;
- Anexos às demonstrações financeiras:
 - Caracterização da entidade;

- Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução:
 - Modificações do orçamento – receita;
 - Modificações do orçamento – despesa;
 - Modificações do plano plurianual de atividades;
 - Contratação administrativa;
 - Transferências correntes – receita;
 - Transferências de capital – receita;
 - Subsídios obtidos;
 - Transferências correntes – despesa;
 - Transferências de capital – despesa;
 - Subsídios concedidos;
 - Ativos de rendimento fixo;
 - Ativos de rendimento variável;
 - Endividamento – empréstimos;
 - Endividamento – outras dívidas de terceiros.
- Relatório de gestão.

Como refere o ponto 13 do POCAL, o relatório de gestão deve conter os seguintes aspetos:

- a) situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;

- b) uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Quanto à divulgação dos documentos da prestação de contas, conjugamos as normas contidas na Lei das Finanças Locais com as regras definidas no POCAL, constatando que a primeira apresenta, por exemplo no art.º 49º, alguns exemplos, devendo-se entender que deveriam ser publicados todos os documentos elaborados, quer relacionados com a análise económico financeira, quer sejam da execução orçamental, quer ainda os demais que caracterizam a entidade.

A Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, por exemplo, através do cumprimento do “princípio da transparência orçamental”, obriga à prestação de informação aos cidadãos de forma acessível e rigorosa sobre a situação financeira da autarquia (n.º 5 art.º 4º), e, também, quanto à disponibilização de informação sobre a prestação de contas na página de internet da autarquia (n.º 2 do art.º 49º).

Assim, com base naquele art.º 49º da LFL, passaram os municípios a ter o dever de disponibilizar, “quer em formato papel em local visível nos edifícios da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, quer no respetivo sítio na Internet”, os seguintes elementos:

- a) os mapas resumo das despesas segundo as classificações económica e funcional e das receitas segundo a classificação económica;
- b) os valores em vigor relativos às taxas do IMI e de Derrama sobre o IRC;
- c) a percentagem da participação variável no IRS, nos termos do artigo 20º;
- d) os tarifários de água, saneamento e resíduos quer o prestador do serviço seja o município, um serviço municipalizado, uma empresa municipal,

- intermunicipal, concessionária ou um parceiro privado no âmbito de uma parceria público-privada;
- e) os regulamentos de taxas municipais;
 - f) o montante total das dívidas desagregado por rubricas e individualizando os empréstimos bancários.

Para além da informação referida no parágrafo anterior, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo passaram as autarquias locais a ter o dever de disponibilizar ainda na internet os documentos previsionais e de prestação de contas, nomeadamente:

- a) os planos de atividades e os relatórios de atividades dos últimos dois anos;
- b) os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras dos últimos dois anos;
- c) os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais.

A Lei das Finanças Locais, de 2007, acima citada, veio aumentar os meios de divulgação da informação relacionada com a prestação de contas. O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, no seu art.º 4º já previa a obrigação de publicitar o balanço, a demonstração de resultados, o relatório de gestão e os fluxos de caixa, nos 30 dias após a sua aprovação pelo órgão deliberativo (apenas não definia o local onde teríamos de publicitar esses documentos, ficando ao arbítrio dos decisores). Assim, nesta matéria, a LFL de 2007, comparativamente ao POCAL, nada inovou.

Sobre esta matéria, o “Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais” aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu art.º 79º, quanto à publicitação da prestação de contas das autarquias locais, nada veio trazer de novo, mantendo-se o que já constava na LFL de 2007 e no POCAL, como referido no parágrafo anterior.

Com vista a facilitar a consulta das normas nacionais sobre contabilidade das autarquias locais, em vigor, foi elaborado o Anexo 1, com as hiperligações para o local na internet onde estão publicados os diplomas indicados na relação.

A partir do POCAL e da resolução do Tribunal de Contas, construímos um índice de divulgação contendo os itens dos documentos da prestação de contas.

2. Revisão de estudos empíricos

Constatamos que, a maioria dos estudos observados Alves (2007), Lemos (2007), Cunha (2011), Gonçalves, Correia & Marques (2011), utilizam como metodologia de investigação a análise de conteúdo dos relatórios anuais ou das demonstrações financeiras anuais das entidades estudadas, quer públicas quer privadas, efetuando uma análise descritiva da informação divulgada, codificando a informação em qualitativa e/ou quantitativa, com vista a identificar tendências na apresentação e na divulgação da informação.

Sobre relato financeiro nas autarquias locais escreveu Cunha (2011, p.67) o seguinte:

O capítulo 2 – Considerações Técnicas, do POCAL, descreve as normas e especificidades de índole técnica que devem ser consideradas na elaboração do balanço, da demonstração de resultados e nos anexos às demonstrações financeiras.

A nível internacional, o IPSASB desenvolveu uma norma contabilística específica para tratar as questões relacionadas com a apresentação das demonstrações financeiras – a IPSAS nº1 - cujo principal objetivo é definir as regras pelas quais “(...) devem ser apresentadas as demonstrações financeiras com finalidade geral(...)” (§1, IPSAS nº1) das entidades do setor público, de forma a garantir a respetiva comparabilidade temporal e espacial.

Poderá haver uma correlação entre o interesse dos políticos e o relato financeiro. Isso porque “a informação financeira é importante como forma de sinalizar a sua atuação” (Ferreira, 2011, p.28). Nesse contexto apercebemo-nos que os políticos podem alterar os seus comportamentos para alcançarem objetivos particulares, através da gestão de resultados.

Sabemos que as Câmaras Municipais são obrigadas à elaboração de um “conjunto vasto de informação financeira bem como à sua divulgação” (Lourenço *et al.* 2011, p.4), sabendo-se que esta obrigação não abrange a totalidade da informação produzida. Sendo certo, que essa informação será importante para conhecermos a “situação económica, financeira e patrimonial das contas das edilidades portuguesas” (Gonçalves *et al.*, 2011, p.159).

A qualidade de relato está correlacionada com a forma de apresentação das demonstrações financeiras, no caso em apreço, por um conjunto de municípios de uma determinada região administrativa – distrito de Aveiro.

Neste trabalho iremos analisar como foram elaborados e divulgados os documentos da prestação de contas dos dezanove municípios daquele distrito.

Verificamos e demonstraremos que tanto na elaboração como na divulgação há divergências de tratamento e a falta de uma forma harmonizada de o realizar neste território. Talvez, por falta de regulação ou uma conduta comumente aceite pelos técnicos desta região.

Este estudo poderá servir para uma reflexão sobre esta matéria e encontro de uma solução.

Dai esperando-se com este trabalho, contribuir com mais algumas averiguações e análises sobre a qualidade de relato financeiro, cingido a um conjunto reduzido de municípios do distrito de Aveiro.

Capítulo 2 – Estudo da informação divulgada pelos municípios

1. Caracterização e distribuição dos municípios do distrito de Aveiro

O presente trabalho propõe a avaliação da qualidade de relato das autarquias do distrito de Aveiro. Este distrito é composto por dezanove municípios que seguidamente caracterizamos.

De acordo com a “Reorganização Administrativa Territorial Autárquica” os municípios são agrupados em três níveis em função dos critérios densidade populacional e n.º de habitantes (INE, 2012), designadamente:

Nível 1 - Municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km² e com população igual ou superior a 40 000 habitantes;

Nível 2 - Municípios com densidade populacional superior a 1000 habitantes por km² e com população igual ou inferior a 40000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km² e com população igual ou superior a 25000 habitantes;

Nível 3 - Municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por km² e com população inferior a 25 000 habitantes, bem como municípios com densidade populacional inferior a 100 habitantes por km².

De acordo com esta agregação, o número de municípios do distrito de Aveiro que integram os diferentes níveis é:

Quadro 1 – Distribuição dos municípios do distrito de Aveiro por níveis

| Nível | N.º de Municípios | Município |
|-------|-------------------|---|
| 1 | 0 | |
| 2 | 11 | Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Anadia, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira e São João da Madeira |
| 3 | 8 | Arouca, Castelo de Paiva, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra |

Para além da caracterização dos municípios do distrito em termos de densidade populacional e habitantes, salientamos a sua inserção em unidades territoriais, tal como estabelecido no Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, que aprovou as regras para a divisão dos Estados-Membros da UE, em unidades territoriais designadas por NUTS, com vista “a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade”.

A divisão é feita em três níveis. Portugal, como consta nesse regulamento, encontra-se dividido de acordo com as seguintes unidades territoriais:

NUTS 1 – Continente, Região Autónoma dos Açores (RAA) e Região Autónoma da Madeira (RAM);

NUTS 2 – Norte, Algarve, Centro, Lisboa, Alentejo, RAA e RAM;

NUTS 3 - Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, Algarve, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da

Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste, Médio Tejo, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, RAA e RAM.

Os municípios do distrito de Aveiro integram as unidades territoriais NUTS 2: Norte e Centro, integrados nas unidades territoriais NUTS 3, conforme representamos no quadro seguinte:

Quadro 2 – Distribuição dos municípios do distrito de Aveiro por NUTS 2 – Norte e Centro

| NUTS 2 | NUTS 3 | Município |
|---------------|---------------------|---|
| <i>Norte</i> | Grande Porto | Espinho |
| | Tâmega | Castelo de Paiva |
| | Entre Douro e Vouga | Arouca Oliveira de Azeméis Santa Maria da Feira São João da Madeira Vale de Cambra |
| <i>Centro</i> | Baixo Vouga | Águeda Albergaria-a-Velha Anadia Aveiro Estarreja Ílhavo Mealhada Murtosa Oliveira do Bairro Ovar Sever do Vouga Vagos |

Fonte: Parlamento Europeu e Conselho (2003) – Elaboração própria.

Com vista a caracterizar os municípios do distrito de Aveiro, para além de integrarmos os critérios já referidos, recolhemos informação, através de consulta aos portais de internet e documentos disponibilizados pelos municípios do distrito de Aveiro, bem como através do acesso à página do INE, constante do seguinte quadro:

Quadro 3 – Caracterização dos municípios do distrito de Aveiro

| Concelho | Área | Habitantes | Densidade populacional (hab./km ²) | Freguesias | P. Contas (anos disponíveis) | Software House | Documentos | P. Contas (Transferidas) | Editável |
|----------------------|--------|------------|--|------------|------------------------------|----------------|------------|--------------------------|----------|
| Águeda | 335,28 | 49.857 | 149 | 20 | 6 | MEDIDATA | 4 | 4 | P |
| Albergaria-a-Velha | 158,83 | 26.279 | 165 | 8 | 3 | AIRC | 2 | 4 | N |
| Anadia | 216,64 | 31.422 | 145 | 15 | 3 | AIRC | V | 3 | S |
| Arouca | 327,99 | 23.663 | 72 | 20 | 7 | AIRC | V | 4 | S |
| Aveiro | 199,77 | 73.100 | 366 | 14 | 5 | AIRC | V | 4 | S |
| Castelo de Paiva | 114,67 | 16.785 | 146 | 9 | 4 | MEDIDATA | V | 4 | S |
| Espinho | 21,11 | 29.481 | 1397 | 5 | 5 | MEDIDATA | V | 4 | S |
| Estarreja | 108,16 | 28.195 | 261 | 7 | 6 | AIRC | V | 4 | S |
| Ílhavo | 75,05 | 41.271 | 550 | 4 | 4 | MEDIDATA | V | 4 | S |
| Mealhada | 111,14 | 22.215 | 200 | 8 | 7 | AIRC | V | 4 | P |
| Murtosa | 73,65 | 9.847 | 134 | 4 | 7 | AIRC | V | 4 | S |
| Oliveira de Azeméis | 163,41 | 71.210 | 436 | 19 | 3 | AIRC | V | 4 | S |
| Oliveira do Bairro | 87,28 | 23.504 | 269 | 6 | 7 | MEDIDATA | V | 4 | S |
| Ovar | 147,52 | 57.983 | 393 | 8 | 8 | AIRC | 5 | 4 | N |
| Santa Maria da Feira | 213,45 | 147.406 | 691 | 31 | 7 | MEDIDATA | V | 4 | N |
| São João da Madeira | 8,11 | 21.762 | 2683 | 1 | 6 | MEDIDATA | 5 | 4 | S |
| Sever do Vouga | 129,85 | 12.643 | 97 | 9 | 3 | MEDIDATA | V | 4 | S |
| Vagos | 165,29 | 24.107 | 146 | 11 | 4 | MEDIDATA | 1 | 4 | S |
| Vale de Cambra | 146,21 | 24.360 | 167 | 9 | (a) | MEDIDATA | Alguns | 2 | N |

Fonte: Portais de internet dos municípios e do INE - Construído pelo próprio

V - Vários documentos P - Parcialmente editável N - Não editável S - Editável

(a) - Apenas alguns documentos (nenhum ano disponível)

O Município de Vale de Cambra apenas publicou na página da internet o Relatório de gestão e as Notas ao balanço e à demonstração de resultados do ano de 2011, mais o Balanço e a Demonstração de resultados dos anos de 2009 e 2010.

Neste quadro retiramos a seguinte informação do universo de municípios que compõem este estudo:

- a) o distrito de Aveiro apresenta uma distribuição equilibrada entre municípios do nível 2 e 3;
- b) no distrito, os fornecedores de software AIRC e MEDIDATA têm 9 e 10 municípios, respetivamente. Aquelas são as duas maiores *software houses* que desenvolvem programas informáticos específicos dos municípios;

- c) existem 4 municípios a disponibilizar informação não editável, o que dificulta o tratamento da informação;
- d) o município de Vale de Cambra apenas publicita alguns documentos da prestação de contas e há mais 4 que disponibilizam até 5 documentos;
- e) os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Ovar e Vagos apresentam vários mapas num único documento;
- f) o número de anos de relato financeiro disponível varia entre 3 e 8 na maioria dos municípios.

2. Problema, objetivos e hipóteses de investigação

2.1. Identificação do problema

O problema consiste na avaliação da qualidade de relato das autarquias do distrito de Aveiro.

2.1.1. Formulação do problema

O impacto da atuação dos eleitos locais deve ser vertido em documentos acessíveis à população em geral, para que o mandato dos eleitos locais possa ser avaliado politicamente pelos eleitores. Um dos meios privilegiados de informação consiste no relato financeiro, constituído pelo conjunto de documentos legalmente definidos e divulgados através dos meios possíveis, designadamente nos portais de cada autarquia.

Dessa forma, toma-se em consideração os aspetos relacionados com a transparência dos agentes locais. Lourenço *et al.* (2011, p.8), definem transparência como sendo o:

...esforço para “tornar visíveis as ações e os procedimentos internos para os agentes que neles não estão diretamente envolvidos” (Moser, 2001), permitindo assim, no contexto da AP, “o acesso sem limitações, por parte dos cidadãos, a informação atualizada e fidedigna relativamente a processos de decisão e à eficácia e eficiência das instituições públicas” (Armstrong, 2005), visando “demonstrar o seu bom funcionamento” (Meijer, 2009).

O relato financeiro poderá contribuir preponderantemente para esse desiderato, avaliando a economia, eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos, bem como o grau de funcionamento das instituições públicas.

A contabilidade pública tem vindo a evoluir, alicerçada em trabalhos de investigação e de organismos de normalização contabilística, no sentido de uma maior exigência em termos de informação a prestar pelas organizações e instituições do setor público com o objetivo de apurar responsabilidades dos gestores públicos pela aplicação dos recursos. Assim, as exigências passam pela obrigatoriedade de as entidades do setor público prepararem informação suportada na base do acréscimo, para além da tradicional contabilidade em base caixa que assenta, fundamentalmente, em princípios de equilíbrio orçamental e em critérios de legalidade (Ferreira, 2011).

Atendendo à subjetividade inerente à análise dos conteúdos dos documentos produzidos e divulgados pelas autarquias e com o objetivo de tornar a análise mais objetiva, entendemos optar por nos debruçarmos sobre a verificação do cumprimento das exigências legais quanto à elaboração e disponibilização de documentos de prestação de contas. Sendo o relatório de gestão um documento que, por excelência, deve refletir a visão estratégica e a gestão política nos municípios a par de uma análise económico-financeira de carácter técnico, analisamos também o seu conteúdo para verificarmos se integra os elementos exigidos pelo POCAL.

A qualidade do relato das autarquias locais passa assim, no nosso entender, pela quantidade e qualidade da informação prestada por estas entidades públicas no seu relato financeiro anual.

2.1.2. Objetivos de investigação

A divulgação de informação sobre o relato financeiro das entidades públicas tem sido alvo de análise a nível internacional e os organismos reguladores já demonstraram a preocupação com a definição de requisitos mínimos de divulgação, designadamente o IASB, através do IPSASB, que desenvolveu a IPSAS 1.

Nesse sentido, comprovam os estudos de Alves, Ribeiro, Monte & Fernandes (2006), Blanco, Lennard, & Lamontagne (2011), Cunha (2011), Gonçalves *et al.* (2011), Pridgen (2008) e Steccolini (2004) relativos à medição do nível de informação divulgada sobre o relato dos governos locais.

No âmbito do presente estudo, definimos os seguintes objetivos a atingir:

- a) efetuar uma análise descritiva da informação divulgada pelos municípios do distrito de Aveiro, identificando o tipo e o nível de informação divulgada;
- b) aferir eventual evolução na informação divulgada ao longo do período analisado;
- c) construir índice de divulgação do relato financeiro dos municípios do distrito de Aveiro.

Para atingir os objetivos definidos neste estudo, dividimos o trabalho em duas fases de investigação:

- a) na primeira fase de investigação, efetuou-se o levantamento da informação divulgada pelas autarquias do distrito de Aveiro e a análise da evolução no nível de divulgação de informação, feita ao longo do período de 2009 a 2012;
- b) na segunda fase de investigação, procurou-se identificar os fatores condicionadores da qualidade de divulgação de informação.

2.2. Hipóteses de investigação

Embora as autarquias fossem obrigadas a publicitar os documentos previsionais e da prestação de contas, nos trinta dias após a sua aprovação, como consta no art.º 4º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro¹, nada era referido quanto ao modo e onde efetuar esse procedimento.

Através da última LFL, aprovada em 2007, tornou-se obrigatório publicitar alguns documentos, através de afixação em locais próprios – edifícios – e na página de internet. Essa decisão veio facilitar a consulta daqueles documentos, por parte dos utilizadores da informação financeira e orçamental.

Nesse contexto, colocam-se os seguintes problemas:

- a) como se comportam os municípios do distrito de Aveiro quanto à divulgação dos documentos de prestação de contas? e
- b) qual é a qualidade de relato financeiro no distrito?

Tomando em consideração os objetivos definidos anteriormente, efetuar uma análise descritiva da informação divulgada pelos municípios do distrito de Aveiro e eventual evolução ao longo do período observado, face aos problemas colocados, decidimos aprofundar a nossa investigação formulando hipóteses de investigação que nos permitissem estabelecer, ou não, uma relação entre o relato produzido e os fatores que, estando na sua génese, o podem condicionar:

- a) H1 – Existe alguma associação entre o grau de conformidades verificadas nos municípios das NUTS 2 – Norte e da NUTS 2 - Centro?
- b) H2 – Existe alguma associação entre o grau de conformidades e as habilitações dos políticos e técnicos que respondem pela elaboração dos documentos de prestação de contas?

¹ Diploma que aprovou o POCAL.

3. Metodologia, delimitação e desenho da investigação

3.1. Metodologia de investigação

Quanto ao objeto de estudo deste trabalho, encontramos alguns autores que recorreram à técnica de análise de conteúdo dos relatórios anuais para medir o grau de cumprimento de determinada recomendação ou norma contabilística.

Segundo Coutinho (2011, p.24), na perspetiva quantitativa, “o interesse do investigador é assumir uma atitude científica, distanciada e neutra, de modo a comprovar estatisticamente as hipóteses e a contribuir para a relação causal do processo-produto”.

Face ao exposto, considerando que a escolha da metodologia deve ser feita em função da natureza da problemática de investigação a estudar, reconhecemos a importância da metodologia de investigação quantitativa, por entendermos ser a mais apropriada ao problema desta investigação.

Assim, neste trabalho, como metodologia de investigação, recorreremos ao paradigma positivista, com recurso aos métodos quantitativos para recolha, tratamento e análise de dados, os quais, de acordo com Vieira (2009, p.16), “são preferidos para proporcionar uma base para as generalizações”.

Como técnica de recolha de dados, recorreremos à análise de conteúdo dos documentos de prestação de contas, visando analisar a informação divulgada numa perspetiva quantitativa, recorrendo-se a um número determinado de itens, compreendendo a consulta aos seguintes documentos: a) Balanço e demonstração de resultados; b) Mapas de execução orçamental; c) Mapa de execução do PPI; d) Anexos às demonstrações financeiras; e) Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução. A análise dos documentos permitiu a construção do Quadro 4 – Relação dos itens dos documentos da prestação de contas.

Em complemento, elaborou-se um segundo quadro, denominado de Quadro 5 – Relação dos itens do Relatório de Gestão, onde se registou a informação

recolhida a partir da análise do Relatório de Gestão, de acordo com os objetivos descritos nas alíneas a) a e) do ponto 13 do POCAL.

A recolha dos dados foi efetuada através da análise de conteúdo dos relatórios e contas dos dezanove municípios do distrito de Aveiro objeto de estudo, classificando a informação recolhida em atributos, de forma a quantificá-la e medir a extensão de divulgação.

Nesse sentido, consultamos nos portais de internet os documentos das prestações de contas dos dezanove municípios, solicitando via eletrónica os documentos que não se encontravam disponíveis.

Depois procedeu-se a uma análise exaustiva de todos os documentos, nos quatro anos consultados, de 2009 a 2012, procedendo-se ao registo do número da folha onde constava a informação ou documento relacionado com o item analisado. Note-se que o registo efetuado no quadro corresponde à página do ficheiro digital, porquanto, não corresponderá à numeração dada pela autarquia ao documento analisado. Optou-se por este método de registo para facilitar o acesso e a análise dos dados apresentados neste estudo.

Após a recolha da informação elaboramos os anexos denominados “Relação de itens validados de DPC, por município” e “Relação de itens validados de RG, por município”, nos quais, o preenchimento de uma célula corresponde a elemento constatado ou validado. Assim, obtivemos os anexos dos itens validados com base nos quais construímos quadros e gráficos para representar os resultados obtidos. Nada se indica quando não há divulgação de um determinado item.

Este processo foi idêntico ao utilizado por Gandía e Archidona (2008), citados por Mendes (2012).

Neste estudo, tal como referido e aplicado por Mendes (2012), o índice de divulgação de relato financeiro (*Id*) foi calculado da seguinte forma e expresso em valores relativos:

$$\text{Índice de Divulgação (Idi)} = \frac{\sum_{k=0}^t N_{ki}}{t}$$

Em que:

Idi - índice de divulgação de relato financeiro da autarquia *i*;

$$N_{ki} = \begin{cases} 1, & \text{se a autarquia } i \text{ tem validado o item } k \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

t – n.º total de itens.

O índice de relato financeiro foi obtido a partir da construção prévia de dois índices, respetivamente para DPC e RG. Com base nestes resultados procedeu-se ao cálculo do *Id* do relato financeiro de cada autarquia através da média aritmética daqueles dois índices.

Depois, passámos à análise da informação relativa aos anos de 2009, 2010 e 2011. No entanto, como no decorrer deste trabalho foram publicadas as contas de 2012, julgamos interessante acrescentar esse ano ao período de análise. Assim, o período de análise abrangeu os anos de 2009 a 2012.

No entanto, como se pode ver nos quadros divulgados em apenso (anexos 5 a 12), a informação não sofreu grandes alterações ao longo dos quatro anos nos dezanove municípios, razão pela qual considerámos oportuno situar este estudo apenas nos dois últimos anos. Com essa decisão, limitou-se o estudo à análise da informação referente ao ano de 2011 e 2012.

3.2. Delimitação e desenho da investigação

Para aferir a qualidade do relato das autarquias do distrito de Aveiro, optámos por trabalhar a totalidade dos municípios desta circunscrição administrativa territorial, analisando as demonstrações financeiras de todos os municípios e estabelecendo-se uma comparação ao nível da NUTS 2, por forma a verificarmos se existem fatores endógenos que possam influenciar a qualidade dos documentos divulgados.

3.2.1. Procedimentos estatísticos adotados

Para a análise dos dados recolhidos recorreremos a técnicas de estatística descritiva, construindo tabelas onde foram registadas as observações efetuadas aos documentos de prestação de contas face ao grau de cumprimento das normas estabelecidas no POCAL. Com base nos dados das tabelas, construímos gráficos de forma a permitir uma melhor visualização da informação contida nos dados.

3.2.2. Tratamento de dados

Para o tratamento dos dados, foram construídos dois quadros onde se mostra o cumprimento dos municípios quanto aos documentos de execução obrigatória para a prestação de contas e relatório de gestão e nos quais indicamos os índices de divulgação que correspondem aos elementos referidos na última coluna dos Quadros 12 e 20.

4. Estudo do nível da qualidade do relato financeiro

4.1. Processo de recolha e sistematização da informação

De acordo com as instruções dadas pelo Tribunal de Contas, elaborámos a lista do conjunto de documentos relacionados com a Prestação de Contas a verificar em cada município.

Quadro 4 – Relação dos itens dos documentos de prestação de contas

| Item | Áreas | POCAL |
|------|--|--------------------|
| | BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | |
| 1 | Balanço | 2.1 |
| 2 | Demonstração de Resultados | 2.2 |
| | MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 2.3.4 / 7.3 |
| 3 | Mapa de controlo orçamental da despesa | 2.3.4.1 / 7.3.1 |
| 4 | Mapa de controlo orçamental da receita | 2.3.4.1 / 7.3.2 |
| 5 | Fluxos de Caixa | 2.3.4.4 / 7.5 |
| 6 | Mapa de Contas de ordem | 7.5 |
| 7 | Operações de Tesouraria | 7.6 |
| | EXECUÇÃO ANUAL DO PPI | 2.3.3 |
| 8 | Mapa de Execução do PPI | 7.4 |
| | ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2.4 |
| 9 | Caraterização da entidade | 8.1 |
| 10 | Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 |
| | NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO: | 8.3 |
| 11 | Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 |
| 12 | Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 |
| 13 | Modificações do Plano Plurianual de Atividades | (2.3) |
| 14 | Contratação administrativa | 8.3.3 |
| | Transferências e subsídios: | 8.3.4 |
| 15 | - Transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 |
| 16 | - Transferências capital - Despesa | 8.3.4.2 |
| 17 | - Subsídios concedidos | 8.3.4.3 |
| 18 | - Transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 |
| 19 | - Transferências capital - Receita | 8.3.4.5 |
| 20 | - Subsídios obtidos | 8.3.4.6 |
| | Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável: | 8.3.5 |
| 21 | - Ativos de rendimento fixo | 8.3.5.1 |
| 22 | - Ativos de rendimento variável | 8.3.5.2 |

A análise efetuada aos documentos pretendia verificar se os municípios cumpriam com os requisitos exigidos no POCAL, indicados na segunda coluna do quadro precedente, tendo-se constatado o seguinte:

- a) impossibilidade de fazermos o *download* dos documentos disponibilizados pelo Município de Ovar;

- b) os Municípios de Anadia, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, São João da Madeira e Vagos não divulgaram um ou dois dos documentos considerados de publicitação obrigatória, nomeadamente as “Notas ao balanço e à demonstração de resultados”, “Regulamento de Gestão” e “Mapas de execução orçamental”;
- c) doze municípios (63%) publicou o balanço, a demonstração de resultados, o relatório de gestão, o anexo ao balanço e à demonstração de resultados, bem como, os mapas da execução orçamental;
- d) o município de Vale de Cambra não disponibilizou os mapas de execução orçamental, dos fluxos de caixa, do PPI e do PA. O balanço e a demonstração de resultados não foram disponibilizados no ano de 2011. As notas ao balanço e à demonstração de resultados e o relatório de gestão não foram disponibilizados por este município nos anos de 2009 e 2011.

Em complemento, construímos uma segunda relação de 15 itens, para análise da informação contida no “Relatório de Gestão”, a fim de determinar se estes municípios cumpriam, no mínimo, com a apresentação de informação requerida no ponto 13 do POCAL.

Quadro 5 – Relação dos itens do Relatório de Gestão

| Item | Descrição |
|------|--|
| | ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA |
| 1 | Avaliação da Situação Financeira e Patrimonial |
| 2 | Estrutura de Custos e Perdas |
| 3 | Estrutura de Proveitos e Ganhos |
| 4 | Indicadores de Gestão (Rácios) |
| 5 | Fontes de Financiamento do Investimento |
| | ANÁLISE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL |
| | RECEITA: |
| 6 | Estrutura da receita |
| 7 | Evolução da receita |
| | DESPESA: |
| 8 | Estrutura da despesa |
| 9 | Evolução da despesa |
| | DÍVIDA |
| 10 | De Terceiros |
| 11 | A Terceiros |
| | ENDIVIDAMENTO |
| 12 | Limites de endividamento municipal |
| 13 | Endividamento |
| 14 | APLICAÇÃO DE RESULTADOS |
| 15 | FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO |

Seguidamente, foram analisados os documentos disponíveis e verificadas as constatações de cada município, registando-se a localização dos mesmos através da identificação do documento e respetiva página.

Com esses dados conseguimos apurar o número de conformidades (n.º de itens validados) verificadas em cada município e no conjunto dos dezanove municípios em relação a cada item enumerado, para os anos de 2009 a 2012, conforme consta nos Anexos 5 a 12, respetivamente.

Com base nestes anexos construíram-se os Quadros 6 e 8 onde se apresentam os resultados absolutos e relativos correspondentes às observações feitas, por item e município, respetivamente, aos documentos de prestação de contas e aos Relatórios de Gestão disponibilizados pelos dezanove municípios nos quatro anos estudados – 2009 a 2012.

Com os dados dos Anexos 7, 8, 11 e 12, dos anos de 2011 e 2012, construíram-se os Quadros 12 e 20 compreendendo os valores acumulados absolutos e relativos, por item e município, acrescentando-se uma coluna com a indicação da habilitação dos técnicos e dos políticos. A inclusão desta informação visa permitir estabelecer várias comparações como serão apresentadas nas páginas seguintes.

4.2. Resultados da investigação

Os resultados da investigação foram obtidos através dos dados registados nos quadros que seguidamente se apresentam.

4.2.1. Documentos da prestação de contas

4.2.1.1. Estudo do quadriénio 2009 a 2012

O Quadro 6, contém a seguinte informação relativamente aos documentos de prestação de contas, por município e por ano:

- a) o n.º de itens validados nos documentos analisados;
- b) a percentagem correspondente ao número de itens validados face ao número de itens possíveis (22);

c) a média de itens validados nos quatro anos observados.

Quadro 6 – Resumo do n.º de itens validados nos documentos de prestação de contas

| Concelho | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Média |
|----------------------|--------------|-----|--------------|-----|--------------|-----|--------------|------|-------|
| | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | |
| Águeda | 16 | 73% | 16 | 73% | 16 | 73% | 16 | 73% | 16 |
| Albergaria-a-Velha | 15 | 68% | 15 | 68% | 15 | 68% | 15 | 68% | 15 |
| Anadia | 14 | 64% | 2 | 9% | 14 | 64% | 14 | 64% | 11 |
| Arouca | 21 | 95% | 21 | 95% | 21 | 95% | 21 | 95% | 21 |
| Aveiro | 20 | 91% | 20 | 91% | 20 | 91% | 20 | 91% | 20 |
| Castelo de Paiva | 18 | 82% | 18 | 82% | 17 | 77% | 18 | 82% | 18 |
| Espinho | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 |
| Estarreja | 17 | 77% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 |
| Ílhavo | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 | 82% | 18 |
| Mealhada | 8 | 36% | 8 | 36% | 9 | 41% | 9 | 41% | 9 |
| Murtosa | 17 | 77% | 18 | 82% | 18 | 82% | 19 | 86% | 18 |
| Oliveira de Azeméis | 18 | 82% | 17 | 77% | 17 | 77% | 18 | 82% | 18 |
| Oliveira do Bairro | 7 | 32% | 6 | 27% | 6 | 27% | 7 | 32% | 7 |
| Ovar | 18 | 82% | 17 | 77% | 17 | 77% | 17 | 77% | 17 |
| Santa Maria da Feira | 6 | 27% | 20 | 91% | 20 | 91% | 19 | 86% | 16 |
| São João da Madeira | 16 | 73% | 16 | 73% | 16 | 73% | 9 | 41% | 14 |
| Sever do Vouga | 8 | 36% | 8 | 36% | 8 | 36% | 22 | 100% | 12 |
| Vagos | 17 | 77% | 17 | 77% | 17 | 77% | 17 | 77% | 17 |
| Vale de Cambra | 5 | 23% | 5 | 23% | 7 | 32% | 5 | 23% | 6 |

Os itens validados e indicados neste quadro correspondem ao registo das conformidades verificadas nos documentos das prestações de contas dos dezanove municípios, no período indicado.

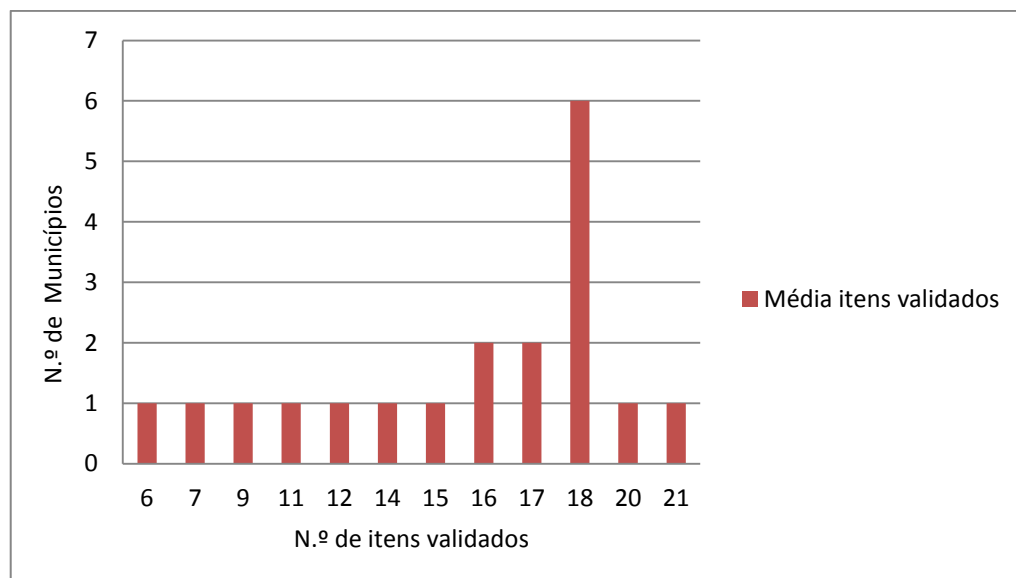
No quadro seguinte encontra-se a distribuição dos municípios, de acordo com a média de itens validados em DPC.

Quadro 7 – Distribuição dos municípios de acordo com o número médio de itens validados em DPC

| Média Itens Validados | N.º Municípios |
|-----------------------|----------------|
| 6 | 1 |
| 7 | 1 |
| 9 | 1 |
| 11 | 1 |
| 12 | 1 |
| 14 | 1 |
| 15 | 1 |
| 16 | 2 |
| 17 | 2 |
| 18 | 6 |
| 20 | 1 |
| 21 | 1 |

Com os dados anteriores construímos o Gráfico 1 para uma mais fácil leitura.

Gráfico 1 – Representação da distribuição do nº de municípios de acordo com o número médio de itens validados em DPC



Verificámos que 63% dos municípios apresentaram um nº médio de itens validados no DPC ≥ 16 , o que foi um resultado razoável.

Como já referido anteriormente, e como resulta da análise ao quadro 6, a informação não sofreu grandes alterações ao longo dos quatro anos nos dezanove municípios, razão pela qual considerámos oportuno limitar a análise aos anos 2011 e 2012.

4.2.1.2. Estudo do ano 2011

Observando os dados e resultados do Anexo 3, referente ao ano de 2011, retirámos as seguintes conclusões:

- a) apenas são divulgados os seguintes documentos, pela totalidade dos municípios observados:
 - 1) Balanço;
 - 2) Demonstração de resultados;
 - 3) Mapa de controlo orçamental da despesa;
 - 4) Mapa de controlo orçamental da receita;
 - 5) Notas ao balanço e à demonstração de resultados.
- b) os documentos menos disponibilizados pelos dezanove municípios, foram os seguintes:
 - 6) Mapa das modificações ao Plano Plurianual de Atividades;
 - 7) Mapa dos subsídios concedidos;
 - 8) Mapa dos subsídios obtidos;
 - 9) Mapa dos ativos de rendimento fixo;
 - 10) Mapa dos ativos de rendimento variável.
- c) quanto aos demais itens, representando 12 dos 22 documentos, verificamos uma elevada constatação ou publicitação dos mesmos por todos os municípios.

Efetuando a análise do mesmo documento – Anexo 3 – por município, observámos que:

- a) os municípios da Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vale de Cambra disponibilizaram menos de nove dos documentos em análise;

- b) os restantes municípios divulgaram mais de catorze dos documentos analisados como se verifica no quadro 6, com uma validação de itens acima dos 64%;
- c) em 2011, nenhum município divulgou a totalidade dos documentos indicados naquele quadro. Os municípios de Arouca e Aveiro publicaram, respetivamente, 21 e 20 daqueles documentos, correspondendo a 95% e 91%.

4.2.1.3. Estudo do ano 2012

Analisando os dados e resultados do Anexo 3, referente ao ano de 2012, retirámos as seguintes conclusões:

- a) todos os municípios divulgaram apenas os seguintes documentos:
 - 1) Balanço;
 - 2) Demonstração de resultados;
 - 3) Notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Comparando com o ano anterior verificamos que o município de Vale de Cambra não apresentou os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

- b) os municípios de Mealhada, Oliveira do Bairro, São João da Madeira e Vale de Cambra apresentaram menos de nove documentos;
- c) nos restantes municípios, a quantidade de documentos divulgados foi superior a 64%;
- d) o município de Sever do Vouga, apenas neste ano, publicitou a totalidade dos documentos indicados naquele quadro;
- e) como verificado no ano anterior, os municípios de Arouca e Aveiro publicitaram um elevado número de documentos exigidos, com um resultado igual ao de 2011.

4.2.2. Relatório de gestão

4.2.2.1. Estudo do quadriénio 2009 a 2012

O Quadro 8 contém a seguinte informação, correspondente às observações feitas aos Relatórios de Gestão, por município e por ano:

- o n.º de itens validados nos documentos analisados;
- a percentagem correspondente ao número de itens validados face ao número de itens possíveis (15);
- a média de itens validados nos quatro anos observados.

Quadro 8 – Resumo do n.º de itens validados nos relatórios de gestão

| Concelho | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | | Média |
|----------------------|--------------|-----|--------------|-----|--------------|-----|--------------|-----|-------|
| | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | N.º de Itens | % | |
| Águeda | 12 | 80% | 11 | 73% | 9 | 60% | 12 | 80% | 11 |
| Albergaria-a-Velha | 4 | 27% | 3 | 20% | 3 | 20% | 3 | 20% | 3 |
| Anadia | 12 | 80% | 11 | 73% | 11 | 73% | 8 | 53% | 11 |
| Arouca | 14 | 93% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| Aveiro | 13 | 87% | 12 | 80% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| Castelo de Paiva | 12 | 80% | 11 | 73% | 11 | 73% | 11 | 73% | 11 |
| Espinho | 14 | 93% | 10 | 67% | 11 | 73% | 13 | 87% | 12 |
| Estarreja | 14 | 93% | 13 | 87% | 9 | 60% | 12 | 80% | 12 |
| Ílhavo | 6 | 40% | 5 | 33% | 5 | 33% | 5 | 33% | 5 |
| Mealhada | 11 | 73% | 10 | 67% | 10 | 67% | 10 | 67% | 10 |
| Murtosa | 14 | 93% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| Oliveira de Azeméis | 13 | 87% | 12 | 80% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| Oliveira do Bairro | 11 | 73% | 9 | 60% | 11 | 73% | 14 | 93% | 11 |
| Ovar | 14 | 93% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| Santa Maria da Feira | 12 | 80% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 | 87% | 13 |
| São João da Madeira | 14 | 93% | 13 | 87% | 12 | 80% | 12 | 80% | 13 |
| Sever do Vouga | 10 | 67% | 9 | 60% | 9 | 60% | 12 | 80% | 10 |
| Vagos | 9 | 60% | 6 | 40% | 8 | 53% | 9 | 60% | 8 |
| Vale de Cambra | 6 | 40% | 5 | 33% | 10 | 67% | 10 | 67% | 8 |

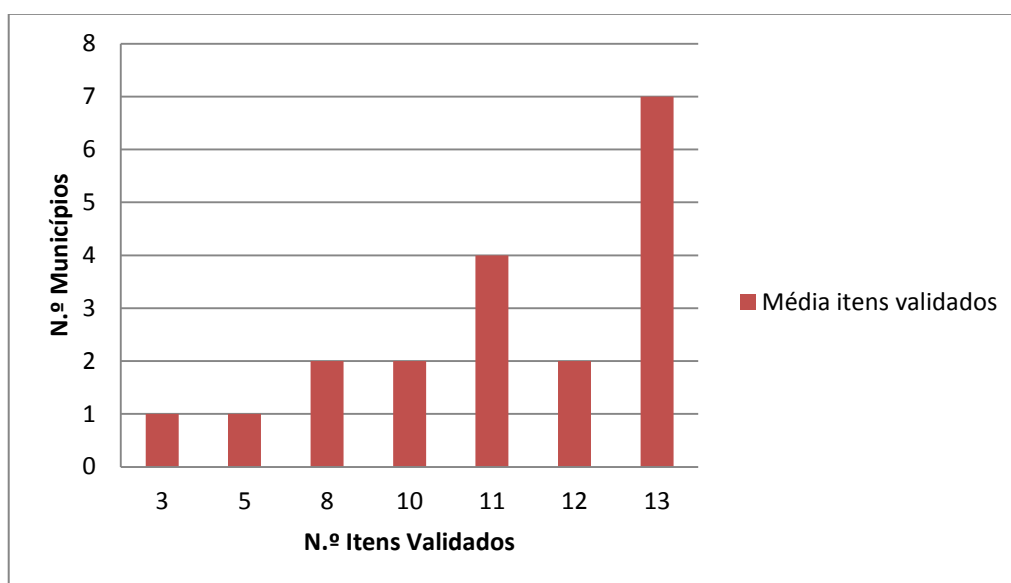
No quadro seguinte encontra-se a distribuição dos municípios, de acordo com a média de itens validados em RG.

Quadro 9 - Distribuição dos municípios de acordo com o número médio de itens validados em RG

| Média Itens Validados | N.º Municípios |
|-----------------------|----------------|
| 3 | 1 |
| 5 | 1 |
| 8 | 2 |
| 10 | 2 |
| 11 | 4 |
| 12 | 2 |
| 13 | 7 |

Com os dados anteriores construímos o Gráfico 2 para uma mais fácil leitura.

Gráfico 2 – Representação da distribuição do nº de municípios de acordo com o número médio de itens validados em RG



Verificámos que 68% dos municípios apresenta um nº médio de itens validados no RG ≥ 11 , considerado também um resultado razoável.

Após efetuarmos o estudo da informação referente aos quatro anos, decidimos limitar este estudo aos anos de 2011 e 2012, como referido no ponto 3.1 deste trabalho, pelo facto de termos constatado que a informação quase se mantinha inalterada ao longo dos quatro anos nos dezanove municípios.

4.2.2.2. Estudo do ano 2011

Com base no Anexo 11, verificámos que, em termos globais, os Relatórios de Gestão dos dezanove municípios:

- a) não abordaram a totalidade dos itens enumerados;
- b) 63% dos municípios apresentaram 12 itens validados de entre 15 possíveis;
- c) apenas os municípios de Espinho e São João da Madeira apresentaram informação relacionada com “Fontes de financiamento do investimento”;
- d) apenas seis municípios – Arouca, Espinho, Murtosa, Ovar, Santa Maria da Feira e Sever do Vouga - apresentaram informação sobre “Dívidas de terceiros”.
- e) o município de Albergaria-a-Velha apresentou apenas 20% de itens validados, salientando-se a falta da “Análise económico-financeira” no Relatório de Gestão de 2011.

4.2.2.3. Estudo do ano 2012

Como no ponto anterior, foi efetuada uma análise aos dados que constam no Anexo 12 sobre os itens que devem ser observados nos Relatórios de Gestão, referentes ao ano de 2012. Os resultados obtidos para o conjunto destes dezanove municípios foram os seguintes:

- a) nenhum município apresentou informação sobre a totalidade dos itens enumerados;
- b) apresentaram resultados superiores a 73% em 12 itens enumerados de entre 15 possíveis, aumentando o resultado em relação a 2011, que era de 10;
- c) continuam a ser apenas os mesmos municípios – Espinho e São João da Madeira – a apresentar informação relacionada com “Fontes de financiamento do investimento” e, de igual modo, a informação relacionada com as “Dívidas de terceiros”, apenas é referenciada nos Relatórios de Gestão de seis municípios – Arouca, Espinho, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Santa Maria da Feira.

- d) o município de Albergaria-a-Velha continua a apresentar um resultado baixo, com a verificação de 20% dos itens validados e falta de “Análise económico-financeira” no Relatório de Gestão de 2012. Como no ano anterior, apenas constatamos informação sobre a análise orçamental: estrutura e evolução da receita e estrutura da despesa;
- e) de entre os 15 itens possíveis, verificamos que há 4 municípios com 8 a 10 itens validados e um grupo de 13 municípios com 11 a 13 itens validados. Neste ano de 2012, verificou-se uma melhoria nestes dados, com um aumento de dois itens validados em mais dois municípios.

4.3. Estudo da relação entre o grau de conformidades e as habilitações dos políticos e técnicos

Depois da análise aos documentos de prestação de contas e aos relatórios de gestão, procurámos determinar se existia alguma associação entre o grau de conformidades constatadas e as habilitações literárias e respetivas áreas de formação dos políticos e técnicos responsáveis pela elaboração destes documentos.

Para tal, procedeu-se ao envio de um questionário para cada município, com vista à recolha de informação relacionada com a caracterização dos responsáveis financeiros de cada autarquia (políticos) e dos técnicos com responsabilidade pela elaboração dos documentos da prestação de contas.

Em complemento ao estudo efetuado com as tabelas, quadros e gráficos, efetuámos uma análise utilizando a ferramenta SPSS, para verificar se havia associação entre as habilitações literárias dos políticos e técnicos e a qualidade do relato financeiro.

4.3.1. Questionário sobre o grau de habilitações

O questionário denominado “Lista nominativa – Responsáveis pela elaboração dos documentos de prestação de contas” (Anexo 13), foi enviado via correio eletrónico para os dezanove municípios, depois de prévio contato telefónico a explicar a razão do pedido e o objetivo do inquérito.

4.3.1.1. Resultados obtidos

Dos dezanove municípios inquiridos responderam apenas dezasseis (84% dos inquiridos).

Para organizar e representar a informação proveniente das respostas obtidas ao questionário, considerámos as seguintes categorias para as habilitações literárias e áreas de formação:

G1 – Formação de nível III ou equivalente (ensino secundário);

G2 – Formação de nível IV ou V (bacharelato ou licenciatura), na área das Ciências Empresariais;

G3 – Formação de nível IV ou V (bacharelato ou licenciatura), em outras áreas de conhecimento (para além das Ciências Empresariais).

Com a informação recolhida obtivemos o seguinte quadro.

Quadro 10 – Habilitações literárias dos políticos e técnicos por município

| Concelho | HLT | HLP |
|----------------------|-----|-----|
| Águeda | G2 | G2 |
| Albergaria-a-Velha | G2 | G1 |
| Anadia | G2 | G1 |
| Arouca | G3 | G3 |
| Aveiro | G2 | G2 |
| Castelo de Paiva | G2 | G3 |
| Espinho | G2 | G2 |
| Estarreja | G2 | G3 |
| Ílhavo | nd | nd |
| Mealhada | nd | nd |
| Murtosa | G3 | G3 |
| Oliveira de Azeméis | G2 | G2 |
| Oliveira do Bairro | G3 | G1 |
| Ovar | G2 | G3 |
| Santa Maria da Feira | G3 | G1 |
| São João da Madeira | nd | nd |
| Sever do Vouga | G2 | G3 |
| Vagos | G2 | G2 |
| Vale de Cambra | G3 | G3 |

G1 – Secundário **G2** – Licenciatura em Ciências Económicas **G3** – Licenciatura em outras áreas **nd** – Informação não divulgada pelo município **HLT** – Habilitações literárias dos técnicos **HLP** – Habilitações literárias dos políticos

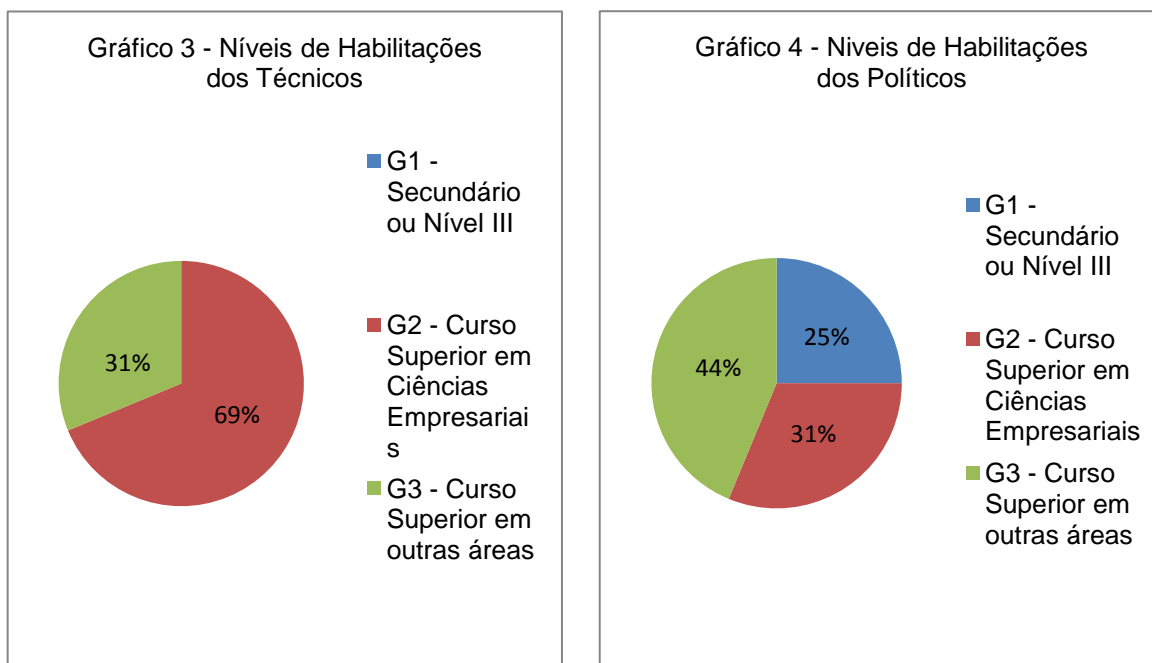
Com base na informação constante do quadro anterior, construímos o quadro seguinte:

Quadro 11 – Distribuição dos políticos e técnicos de acordo com o grau de habilitações literárias e áreas de formação

| Grau | Habilitações Literárias | | | Qtd por grau | |
|------|-------------------------|--------------|-----------------------|--------------|---------|
| | Nível | Grau | Área | Político | Técnico |
| G1 | III | Secundário | | 4 | |
| G2 | IV ou V | Licenciatura | Ciências Empresariais | 5 | 11 |
| G3 | IV ou V | Licenciatura | Outras | 7 | 5 |

4.3.1.2. Caraterização da amostra

De modo a permitir uma melhor visualização da informação contida nos dados foram construídos os gráficos 3 e 4.



O gráfico 4 representa o grau de habilitações literárias dos responsáveis políticos, que superintendem a elaboração do relato financeiro.

Verificámos que ainda há responsáveis políticos e presidentes de câmaras municipais com o grau de ensino correspondente ou equivalente ao secundário e, na amostra estudada, a maioria possui um grau académico de nível superior em área distinta das ciências empresariais.

No gráfico 3 encontram-se os resultados relativos ao segundo grupo analisado. Constatámos que todos os responsáveis técnicos possuem formação de nível superior e 69% detém curso superior na área das ciências empresariais.

No gráfico 4, verificamos que 56% dos responsáveis políticos pela supervisão da elaboração e apresentação das demonstrações financeiras têm formação em áreas distintas das ciências empresariais. No entanto, tal facto já não acontece com os responsáveis técnicos.

Mais tarde iremos verificar se esse facto pode influenciar a qualidade de relato nesses municípios.

4.4. Resultados agregados e avaliação, por ano e NUTS

4.4.1. Análise do ano 2011

4.4.1.1. Resultados de 2011

O Quadro 12 compreende a informação relativa à agregação dos resultados dos Anexos 7 e 11 à qual se acrescentaram duas colunas para indicar, respetivamente, os níveis de habilitações dos políticos e técnicos de cada autarquia e uma terceira coluna onde se apresenta o índice de divulgação de cada município calculado conforme referido no ponto 3.1.

Colocámos a coluna de habilitações literárias dos técnicos associada às duas colunas dos dados referentes aos DPC por considerarmos que os documentos relacionados com este processo são elaborados exclusivamente pelos técnicos.

Relacionámos a coluna das habilitações literárias dos políticos com a coluna dos dados do RG, por se tratar de um documento da sua responsabilidade e onde se encontra exarada a política adotada e defendida pelo executivo.

Quadro 12 – Resultados de DPC, RG e Id por município – Ano 2011

| Concelho | DPC | | HLT | RG | | HLP | Id |
|----------------------|--------------|-----|-----|--------------|-----|-----|-----|
| | N.º de Itens | % | | N.º de Itens | % | | |
| Águeda | 16 | 73% | G2 | 9 | 60% | G2 | 66% |
| Albergaria-a-Velha | 15 | 68% | G2 | 3 | 20% | G1 | 44% |
| Anadia | 14 | 64% | G2 | 11 | 73% | G1 | 68% |
| Arouca | 21 | 95% | G3 | 13 | 87% | G3 | 91% |
| Aveiro | 20 | 91% | G2 | 13 | 87% | G2 | 89% |
| Castelo de Paiva | 17 | 77% | G2 | 11 | 73% | G3 | 75% |
| Espinho | 18 | 82% | G2 | 11 | 73% | G2 | 78% |
| Estarreja | 18 | 82% | G2 | 9 | 60% | G3 | 71% |
| Ílhavo | 18 | 82% | nd | 5 | 33% | nd | 58% |
| Mealhada | 9 | 41% | nd | 10 | 67% | nd | 54% |
| Murtosa | 18 | 82% | G3 | 13 | 87% | G3 | 84% |
| Oliveira de Azeméis | 17 | 77% | G2 | 13 | 87% | G2 | 82% |
| Oliveira do Bairro | 6 | 27% | G3 | 11 | 73% | G1 | 50% |
| Ovar | 17 | 77% | G2 | 13 | 87% | G3 | 82% |
| Santa Maria da Feira | 20 | 91% | G3 | 13 | 87% | G1 | 89% |
| São João da Madeira | 16 | 73% | nd | 12 | 80% | nd | 76% |
| Sever do Vouga | 8 | 36% | G2 | 9 | 60% | G3 | 48% |
| Vagos | 17 | 77% | G2 | 8 | 53% | G2 | 65% |
| Vale de Cambra | 7 | 32% | G3 | 10 | 67% | G3 | 49% |

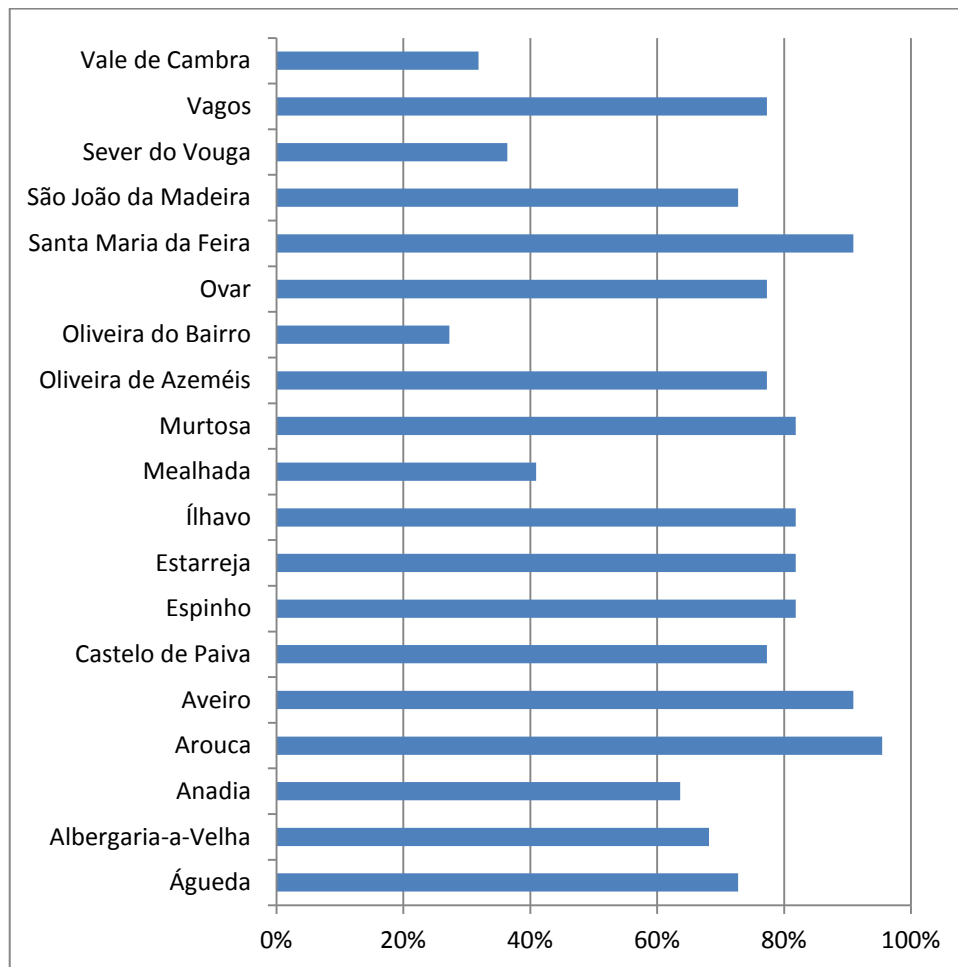
nd – Informação não divulgada ou apresentada

Podemos verificar neste quadro que o índice de divulgação de relato financeiro apresenta o valor mínimo no município de Albergaria-a-Velha (44%) e o valor máximo no município de Arouca (91%).

Mais verificámos que nenhum município atinge os 100% no índice de divulgação.

Para facilitar a leitura e observação dos dados, com os elementos deste quadro, foram criados dois gráficos com o valor relativo por DPC e RG por município.

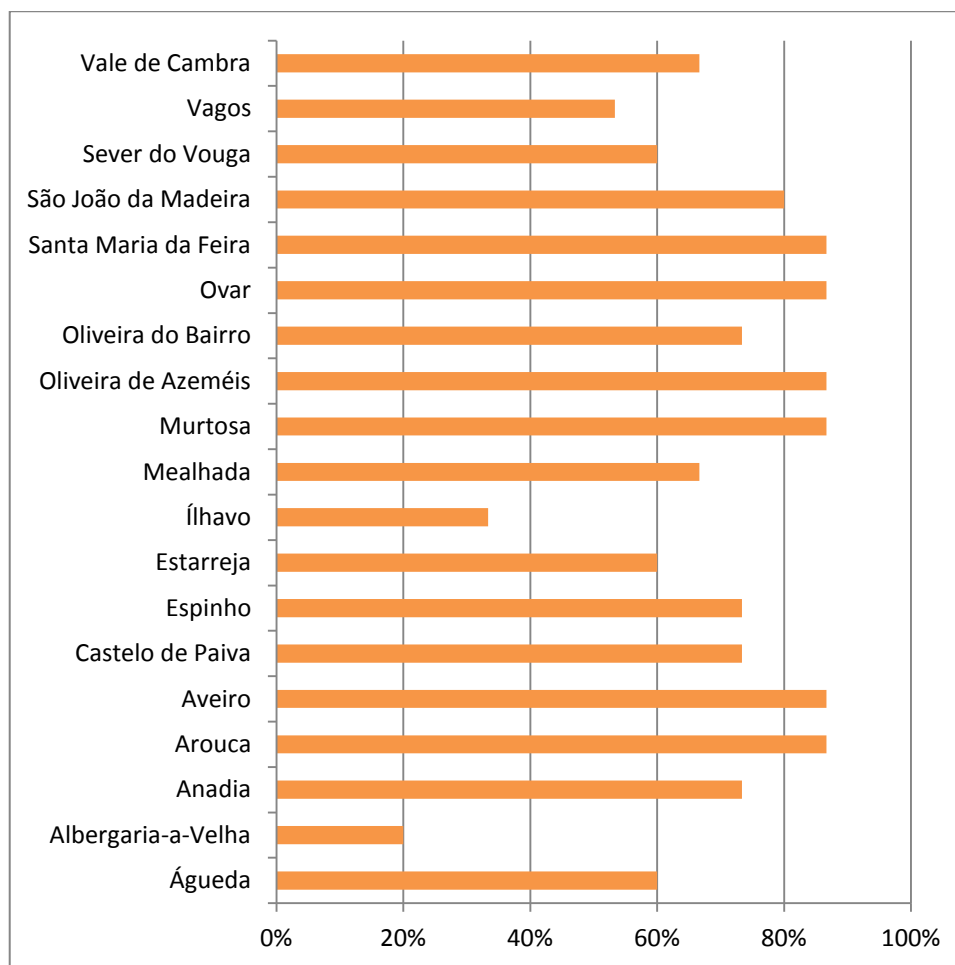
Gráfico 5 – Percentagem de itens validados no DPC por município – Ano 2011



Este gráfico permitiu constatar que, em 2011, quinze municípios dos dezanove analisados (79%), tiveram uma divulgação dos itens identificados no Quadro 12 superior a 60%.

No entanto, três ficaram abaixo dos 40% - Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vale de Cambra.

Gráfico 6 – Percentagem de itens validados no RG por município – Ano 2011



Em relação ao RG o resultado é diferente, apresentando apenas treze municípios com valor acima dos 60%, mais quatro municípios com valores entre os 40% e os 60% e dois municípios com valores abaixo dos 40% - Albergaria-a-Velha e Ílhavo.

4.4.1.2. Avaliação da relação entre as habilitações dos políticos e técnicos com a qualidade de relato financeiro - Ano 2011

Para tentar verificar se o resultado obtido no índice de divulgação associado ao RG para um concelho está associado ao grau de habilitações literárias dos políticos, e com base na informação recolhida por via do questionário, construiu-se uma tabela de contingência com a distribuição de frequências de acordo com essas variáveis.

Quadro 13 – Percentagens obtidas no RG vs. grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2011

| | | | Grau de habilitação dos políticos | | Total |
|----------------|-------------------------|-------------------|-----------------------------------|--------------|-------|
| | | | Ensino secundário | Licenciatura | |
| % obtida no RG | menor que 75% | Contagem | 3 | 7 | 10 |
| | | Contagem esperada | 2,5 | 7,5 | 10,0 |
| | superior ou igual a 75% | Contagem | 1 | 5 | 6 |
| | | Contagem esperada | 1,5 | 4,5 | 6,0 |
| Total | | Contagem | 4 | 12 | 16 |
| | | Contagem esperada | 4,0 | 12,0 | 16,0 |

Devido ao reduzido número de casos, considerámos apenas dois níveis de habilitação dos políticos: ensino secundário e licenciatura.

De seguida realizou-se um teste de independência no sentido de averiguar se a percentagem obtida no RG para cada concelho é independente do grau de habilitações literárias dos políticos. Usámos o teste exato de Fisher, uma vez que se dispunha apenas de 16 observações e várias (75%) células da tabela apresentavam frequências esperadas inferiores a 5. O valor-p encontrado para este teste foi **1,000**, superior a 5%, pelo que não se rejeitou a independência para um nível de significância de 5%.

Concluimos assim que a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao RG não é significativamente influenciada pelo grau de habilitação literária dos políticos.

Quadro 14 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do RG e o grau de habilitação literária dos políticos - Ano 2011

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|------------------------------------|-------------------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Pearson Chi-Square | ,356 ^a | 1 | ,551 | 1,000 | ,511 | |
| Continuity Correction ^b | ,000 | 1 | 1,000 | | | |
| Likelihood Ratio | ,371 | 1 | ,543 | ,629 | ,511 | |
| Fisher's Exact Test | | | | 1,000 | ,511 | |
| Linear-by-Linear Association | ,333 ^c | 1 | ,564 | 1,000 | ,511 | ,396 |
| N of Valid Cases | 16 | | | | | |

a. 3 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,50.

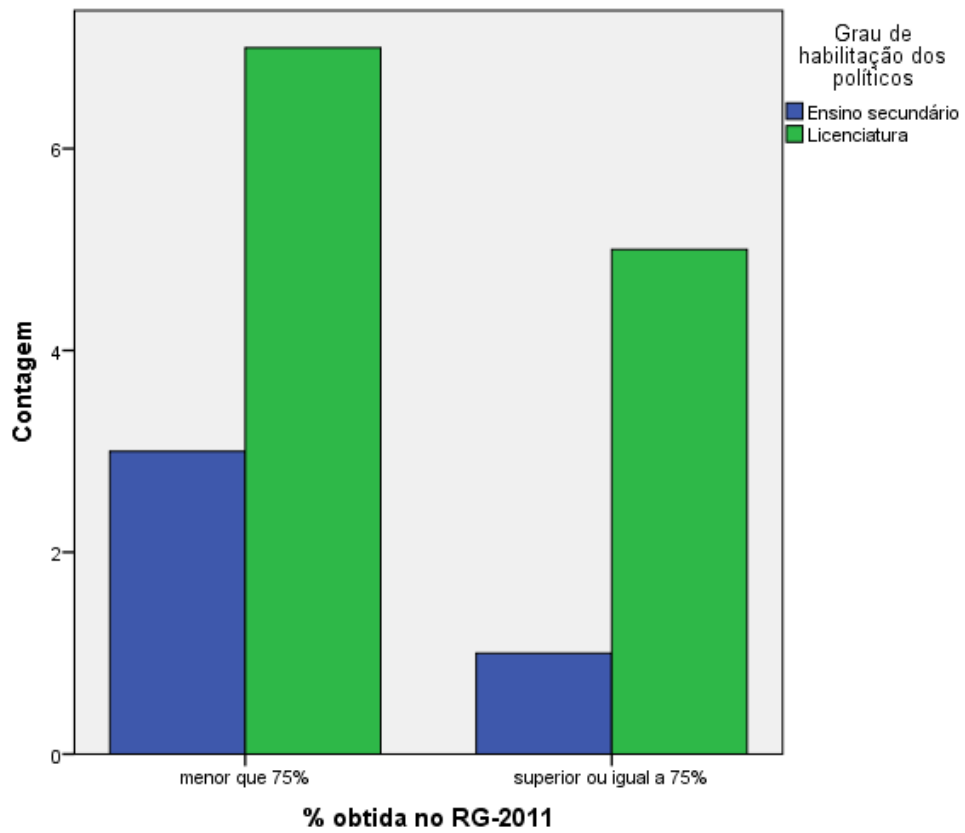
b. Computed only for a 2x2 table

c. The standardized statistic is ,577.

No gráfico 7 pode ver-se a representação de informação constante do Quadro 13. Observa-se que o padrão de distribuição dos políticos, de acordo com o grau de habilitação, é idêntico para os concelhos que obtiveram uma percentagem no índice de divulgação associado ao RG inferior a 75% ou superior ou igual a 75%.

Assim, concluímos que não há associação entre as duas variáveis: índice de divulgação associado ao RG e grau de habilitação dos políticos.

Gráfico 7 – Representação gráfica do teste de independência de RG e grau de habilitação literária dos políticos- Ano 2011



Construímos o Quadro 15, para verificar se a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC para um concelho está associada ao grau de habilitações dos técnicos e com base na informação recolhida por via do questionário, construiu-se uma tabela de contingências com a distribuição de frequências de acordo com essas variáveis.

Quadro 15 – Percentagens obtidas no DPC vs. grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2011

| | | | Grau de habilitação dos técnicos | | Total |
|-----------------|-------|-------------------|----------------------------------|--------|-------|
| | | | grau 2 | grau 3 | |
| % obtida no DPC | < 75 | Contagem | 4 | 2 | 6 |
| | | Contagem esperada | 4,1 | 1,9 | 6,0 |
| | >= 75 | Contagem | 7 | 3 | 10 |
| | | Contagem esperada | 6,9 | 3,1 | 10,0 |
| Total | | Contagem | 11 | 5 | 16 |
| | | Contagem esperada | 11,0 | 5,0 | 16,0 |

Devido ao reduzido número de casos, considerámos apenas dois níveis de habilitação literária dos técnicos, licenciatura em ciências empresariais (grau 2) e licenciatura em outras áreas (grau 3).

De seguida realizou-se um teste de independência no sentido de averiguar se a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC para cada concelho é independente do grau de habilitações literárias dos técnicos. Usámos o teste exato de Fisher, uma vez que se dispunha apenas de 16 observações e várias (75%) células da tabela apresentavam frequências esperadas inferiores a 5. O valor-p encontrado para este teste foi **1,000**, superior a 5%, pelo que não se rejeitou a independência para um nível de significância de 5%.

Concluimos assim que a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC não é significativamente influenciada pelo grau de habilitação literária dos técnicos.

Quadro 16 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do DPC e o grau de habilitação literária dos técnicos - Ano 2011

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|------------------------------------|-------------------|----|--------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| Pearson Chi-Square | ,019 ^a | 1 | ,889 | 1,000 | ,654 | |
| Continuity Correction ^b | ,000 | 1 | 1,000 | | | |
| Likelihood Ratio | ,019 | 1 | ,889 | 1,000 | ,654 | |
| Fisher's Exact Test | | | | 1,000 | ,654 | |
| Linear-by-Linear Association | ,018 ^c | 1 | ,893 | 1,000 | ,654 | ,412 |
| N of Valid Cases | 16 | | | | | |

a. 3 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,88.

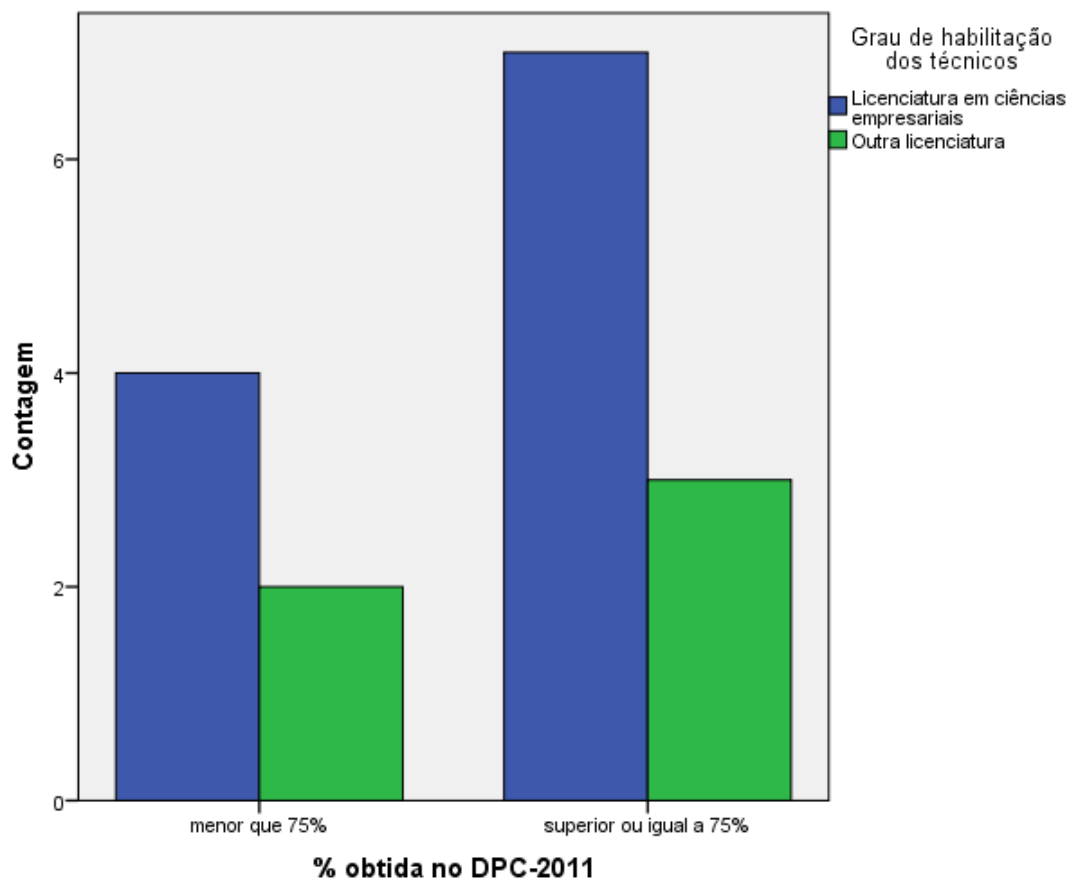
b. Computed only for a 2x2 table

c. The standardized statistic is -,135.

No gráfico 8 pode ver-se a representação de informação constante do Quadro 15. Observa-se que o padrão de distribuição dos técnicos, de acordo com o grau de habilitação, é idêntico para os concelhos que obtiveram uma percentagem no índice de divulgação associado ao DPC inferior a 75% ou superior ou igual a 75%.

Assim, concluímos que não há associação entre as duas variáveis: índice de divulgação associado ao DPC e grau de habilitação dos técnicos.

Gráfico 8 – Representação gráfica do teste de independência de DPC e grau de habilitação literária dos técnicos- Ano 2011



4.4.1.3. Avaliação dos resultados agregados, por NUTS – Ano 2011

Considerando a divisão dos dezanove municípios pelas duas NUTS 2 – Norte e Centro, foram construídos os Quadros 17, 18 e 19, com os dados agregados e constantes das tabelas anteriores, referentes aos itens dos DPC e RG.

Quadro 17 - Resultados por NUTS II Norte e Centro – Ano 2011

| Concelho | DPC | | HLT | RG | | HLP |
|-------------------------|--------------|-----|-----|--------------|-----|-----|
| | N.º de Itens | % | | N.º de Itens | % | |
| NUTS II - Norte | | | | | | |
| Arouca | 21 | 95% | G3 | 13 | 87% | G3 |
| Castelo de Paiva | 17 | 77% | G2 | 11 | 73% | G3 |
| Espinho | 18 | 82% | G2 | 11 | 73% | G2 |
| Oliveira de Azeméis | 17 | 77% | G2 | 12 | 80% | G2 |
| Santa Maria da Feira | 20 | 91% | G3 | 13 | 87% | G1 |
| São João da Madeira | 16 | 73% | nd | 12 | 80% | nd |
| Vale de Cambra | 7 | 32% | G3 | 10 | 67% | G3 |
| NUTS II - Centro | | | | | | |
| Águeda | 16 | 73% | G2 | 8 | 53% | G2 |
| Albergaria-a-Velha | 15 | 68% | G2 | 3 | 20% | G1 |
| Anadia | 14 | 64% | G2 | 11 | 73% | G1 |
| Aveiro | 20 | 91% | G2 | 12 | 80% | G2 |
| Estarreja | 18 | 82% | G2 | 9 | 60% | G3 |
| Ílhavo | 18 | 82% | nd | 5 | 33% | nd |
| Mealhada | 9 | 41% | nd | 10 | 67% | nd |
| Murtosa | 18 | 82% | G3 | 13 | 87% | G3 |
| Oliveira do Bairro | 6 | 27% | G3 | 11 | 73% | G1 |
| Ovar | 17 | 77% | G2 | 13 | 87% | G3 |
| Sever do Vouga | 8 | 36% | G2 | 9 | 60% | G3 |
| Vagos | 17 | 77% | G2 | 8 | 53% | G2 |

nd – Informação não divulgada ou apresentada

Com estes dados e apenas para os técnicos, construíram-se os Quadros 18 e 19, como se apresentam:

Quadro 18 - Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Norte – Ano 2011

| Técnicos | G2 | G3 | Soma | |
|----------|----|----|------|-----|
| T < 75% | | 1 | 1 | 17% |
| T ≥ 75% | 3 | 2 | 5 | 83% |
| SOMA | 3 | 3 | 6 | |

50% 50%

T – n.º de técnicos

Neste conjunto de municípios que fazem parte da NUTS 2 – Norte verifica-se uma distribuição equilibrada nas habilitações literárias dos decisores técnicos. No entanto, foi diferente quanto aos resultados, porque apenas um município (17%) ficou no intervalo mais baixo e cinco municípios ficaram no intervalo mais elevado (83%).

Quadro 19 - Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Centro – Ano 2011

| Técnicos | G2 | G3 | Soma | |
|----------|----|----|------|-----|
| T < 75% | 4 | 1 | 5 | 50% |
| T ≥ 75% | 4 | 1 | 5 | 50% |
| SOMA | 8 | 2 | 10 | |

80% 20%

T – n.º de técnicos

Nos municípios da NUTS 2 – Centro os resultados são diferentes, verificámos um equilíbrio na distribuição dos resultados pelos dois intervalos.

4.4.2. Análise do ano 2012

4.4.2.1. Resultados de 2012

Para o ano de 2012 foi feito um procedimento igual ao do ano de 2011, construindo-se o Quadro 20 que compreende a agregação dos resultados dos Anexos 8 e 12, mais duas colunas onde se indicaram os níveis de habilitações dos políticos e técnicos de cada autarquia e uma terceira coluna onde se apresenta o índice de divulgação de cada município para 2012.

Quadro 20 – Resultados de DPC, RG e Id por município – Ano 2012

| Concelho | DPC | | HLT | RG | | HLP | Id |
|----------------------|--------------|------|-----|--------------|-----|-----|-----|
| | N.º de Itens | % | | N.º de Itens | % | | |
| Águeda | 16 | 73% | G2 | 12 | 80% | G2 | 76% |
| Albergaria-a-Velha | 15 | 68% | G2 | 3 | 20% | G1 | 44% |
| Anadia | 14 | 64% | G2 | 8 | 53% | G1 | 58% |
| Arouca | 21 | 95% | G3 | 13 | 87% | G3 | 91% |
| Aveiro | 20 | 91% | G2 | 13 | 87% | G2 | 89% |
| Castelo de Paiva | 18 | 82% | G2 | 11 | 73% | G3 | 78% |
| Espinho | 18 | 82% | G2 | 13 | 87% | G2 | 84% |
| Estarreja | 18 | 82% | G2 | 12 | 80% | G3 | 81% |
| Ílhavo | 18 | 82% | nd | 5 | 33% | nd | 58% |
| Mealhada | 9 | 41% | nd | 10 | 67% | nd | 54% |
| Murtosa | 19 | 86% | G3 | 13 | 87% | G3 | 87% |
| Oliveira de Azeméis | 18 | 82% | G2 | 13 | 87% | G2 | 84% |
| Oliveira do Bairro | 7 | 32% | G3 | 14 | 93% | G1 | 63% |
| Ovar | 17 | 77% | G2 | 13 | 87% | G3 | 82% |
| Santa Maria da Feira | 19 | 86% | G3 | 13 | 87% | G1 | 87% |
| São João da Madeira | 9 | 41% | nd | 12 | 80% | nd | 60% |
| Sever do Vouga | 22 | 100% | G2 | 12 | 80% | G3 | 90% |
| Vagos | 17 | 77% | G2 | 9 | 60% | G2 | 69% |
| Vale de Cambra | 5 | 23% | G3 | 10 | 67% | G3 | 45% |

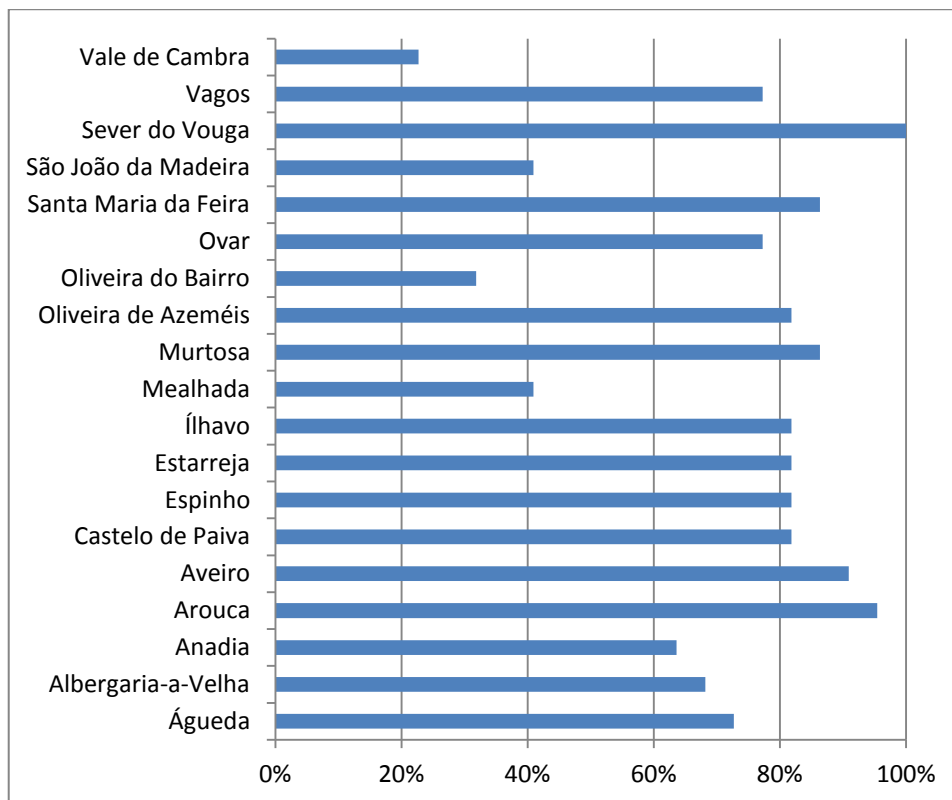
nd – Informação não divulgada ou apresentada

Podemos verificar neste quadro que o índice de divulgação de relato financeiro apresenta o valor mínimo no município de Albergaria-a-Velha (44%) e o valor máximo no município de Arouca (91%). O município de Sever do Vouga melhorou o seu desempenho apresentando o segundo melhor resultado (com 90%).

Verificamos também neste ano 2012 que nenhum município atinge o máximo no índice de divulgação de relato financeiro.

Para facilitar a leitura e observação dos dados, com os elementos deste quadro, foram criados dois gráficos com o valor relativo por DPC e RG por município.

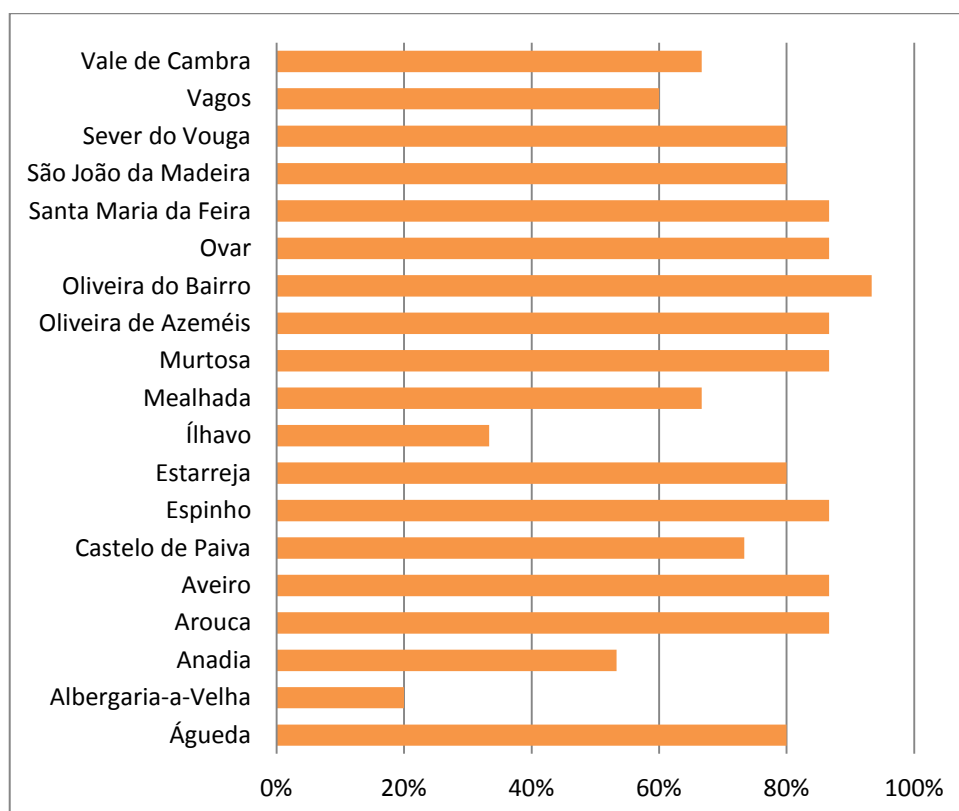
Gráfico 9 – Percentagem de itens validados no DPC por município – Ano 2012



Verificámos neste gráfico que, em 2012, continuámos a ter quinze municípios dos dezanove analisados (79%) com uma divulgação dos itens identificados no Quadro 20 superior a 60%.

No entanto, dois municípios apresentam valores entre 40% e 60%, e dois municípios com valores abaixo dos 40% - Oliveira do Bairro e Vale de Cambra.

Gráfico 10 – Percentagem de itens validados no RG por município – Ano 2012



Constatámos neste gráfico que, em 2012, se mantêm os quinze municípios dos dezanove analisados (79%) com uma divulgação dos itens identificados no Quadro 20 superior a 60%.

Os municípios de Albergaria-a-Velha e Ílhavo apresentam valores abaixo dos 40%.

4.4.2.2. Avaliação da relação entre as habilitações dos políticos e técnicos com a qualidade de relato financeiro - Ano 2012

Para tentar verificar se o resultado obtido no índice de divulgação associado ao RG para um concelho está associado ao grau de habilitações dos políticos e com base na informação recolhida por via do questionário, construiu-se uma tabela de contingência com a distribuição de frequências de acordo com essas variáveis.

Quadro 21 – Percentagens obtidas no RG vs. grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2012

| | | | Grau de habilitação dos políticos | | Total |
|----------------|-------------------------|-------------------|-----------------------------------|--------------|-------|
| | | | Ensino secundário | Licenciatura | |
| % obtida no RG | menor que 75% | Contagem | 2 | 4 | 6 |
| | | Contagem esperada | 1,5 | 4,5 | 6,0 |
| | superior ou igual a 75% | Contagem | 2 | 8 | 10 |
| | | Contagem esperada | 2,5 | 7,5 | 10,0 |
| Total | | Contagem | 4 | 12 | 16 |
| | | Contagem esperada | 4,0 | 12,0 | 16,0 |

Tal como para o ano 2011, devido ao reduzido número de casos, considerámos apenas dois níveis de habilitação dos políticos, ensino secundário e licenciatura.

De seguida realizou-se um teste de independência no sentido de averiguar se a percentagem obtida no RG para cada concelho é independente do grau de habilitações literárias dos políticos. Usámos o teste exato de Fisher, uma vez que se dispunha apenas de 16 observações e várias (75%) células da tabela apresentavam frequências esperadas inferiores a 5. O valor-p encontrado para este teste foi **0,604**, superior a 5%, pelo que não se rejeitou a independência para um nível de significância de 5%.

Concluimos assim que a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao RG não é significativamente influenciada pelo grau de habilitação literária dos políticos.

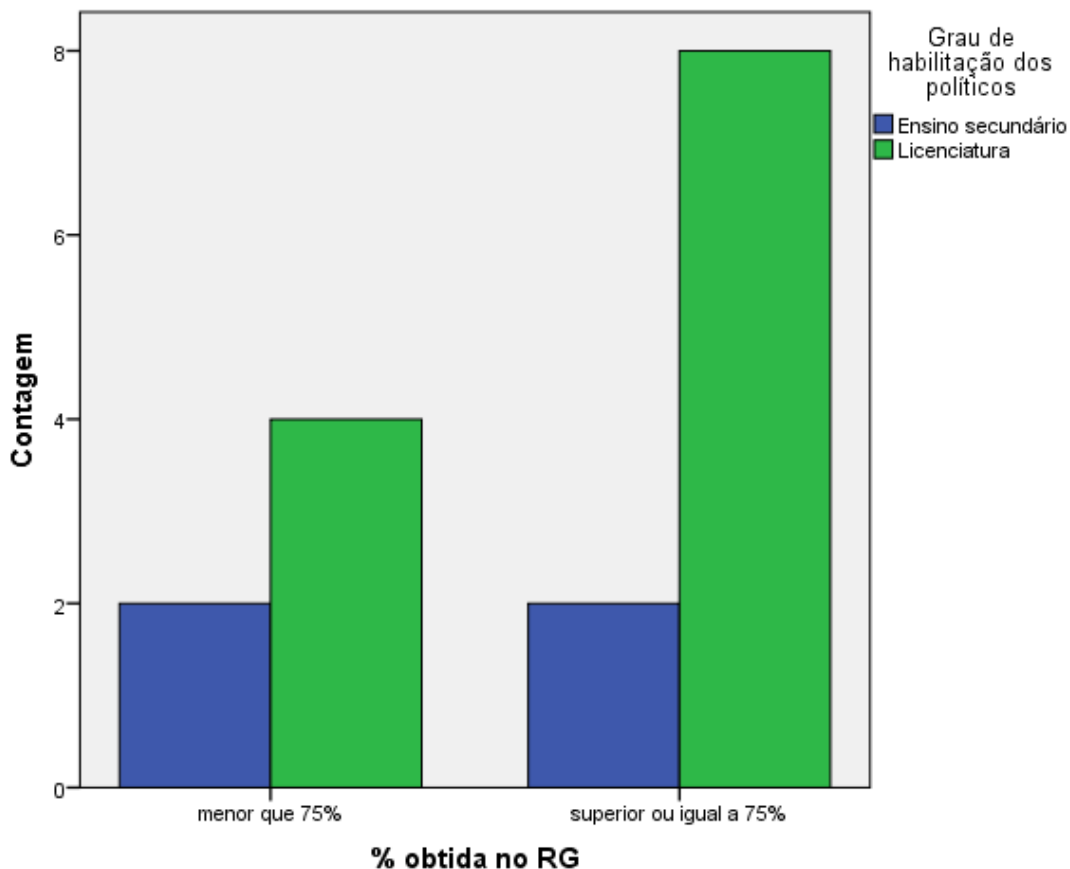
Quadro 22 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do RG e o grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2012

| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|------------------------------------|-------------------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Pearson Chi-Square | ,356 ^a | 1 | ,551 | 1,000 | ,489 | |
| Continuity Correction ^b | ,000 | 1 | 1,000 | | | |
| Likelihood Ratio | ,349 | 1 | ,555 | 1,000 | ,489 | |
| Fisher's Exact Test | | | | ,604 | ,489 | |
| Linear-by-Linear Association | ,333 ^c | 1 | ,564 | 1,000 | ,489 | ,371 |
| N of Valid Cases | 16 | | | | | |

No gráfico 11 pode ver-se a representação de informação constante do Quadro 21. Observa-se que o padrão de distribuição dos políticos, de acordo com o grau de habilitação literária, é idêntico para os concelhos que obtiveram uma percentagem no índice de divulgação associado ao RG inferior a 75% ou superior ou igual a 75%.

Este comentário leva-nos a concluir que não há associação entre as duas variáveis: índice de divulgação associado ao RG e grau de habilitações literárias dos políticos.

Gráfico 11 – Representação gráfica do teste de independência de RG e grau de habilitação literária dos políticos – Ano 2012



Construímos o Quadro 23, para verificar se a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC para um concelho está associada ao grau de habilitações literárias dos técnicos e, com base na informação recolhida por via do questionário, construiu-se uma tabela de contingências com a distribuição de frequências de acordo com essas variáveis.

Quadro 23 – Percentagens obtidas no DPC vs. grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2012

| | | Grau de habilitação dos técnicos | | Total | |
|-----------------|-------|----------------------------------|--------|-------|------|
| | | grau 2 | grau 3 | | |
| % obtida no DPC | < 75 | Contagem | 3 | 2 | 5 |
| | | Contagem esperada | 3,4 | 1,6 | 5,0 |
| | >= 75 | Contagem | 8 | 3 | 11 |
| | | Contagem esperada | 7,6 | 3,4 | 11,0 |
| Total | | Contagem | 11 | 5 | 16 |
| | | Contagem esperada | 11,0 | 5,0 | 16,0 |

Devido ao reduzido número de casos, considerámos apenas dois níveis de habilitações literárias dos técnicos: licenciatura em ciências empresariais (grau 2) e em outras áreas (grau 3).

De seguida realizou-se um teste de independência no sentido de averiguar se a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC para cada concelho é independente do grau de habilitações literárias dos técnicos. Usámos o teste exato de Fisher, uma vez que se dispunha apenas de 16 observações e várias (75%) células da tabela apresentavam frequências esperadas inferiores a 5. O valor-p encontrado para este teste foi **1,000**, superior a 5%, pelo que não se rejeitou a independência para um nível de significância de 5%.

Concluimos assim que a percentagem obtida no índice de divulgação associado ao DPC não é significativamente influenciada pelo grau de habilitações literárias dos técnicos.

Quadro 24 – Resultados dos testes de independência entre os resultados do DPC e o grau de habilitação literária dos técnicos – Ano 2012

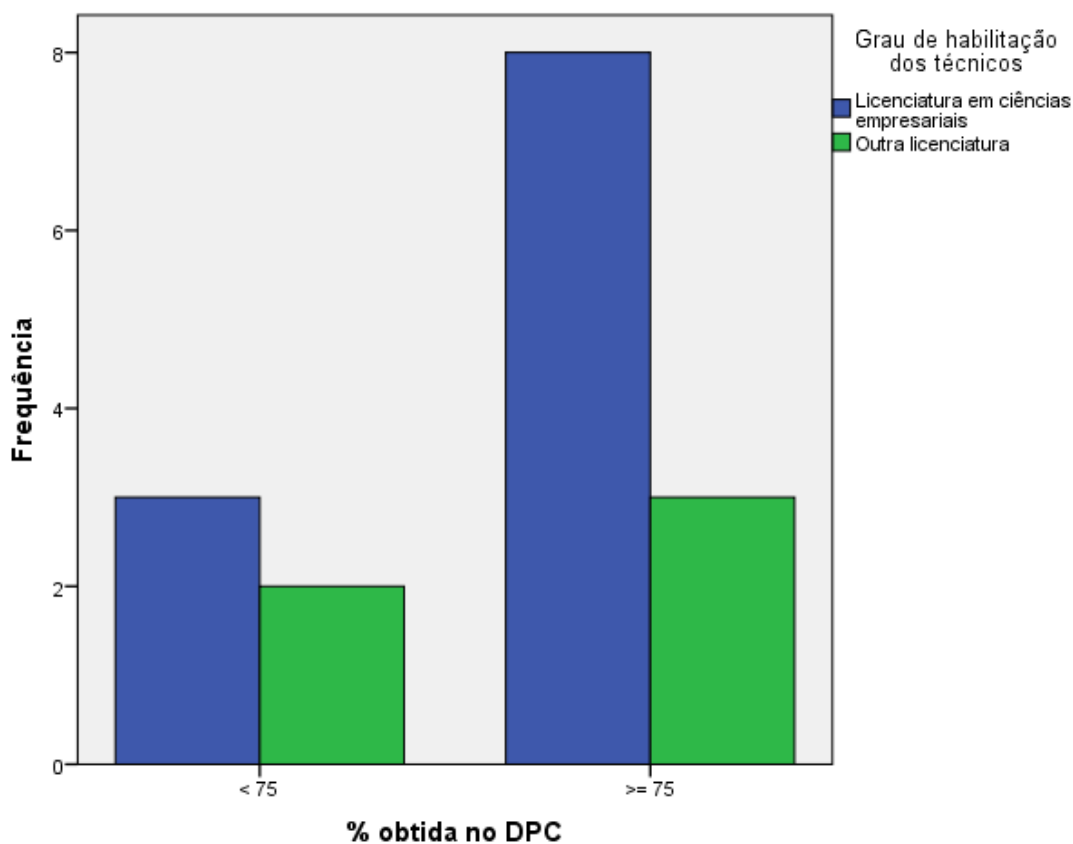
| | Value | df | Asymp. Sig. (2-sided) | Exact Sig. (2-sided) | Exact Sig. (1-sided) | Point Probability |
|------------------------------------|-------------------|----|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Pearson Chi-Square | ,259 ^a | 1 | ,611 | 1,000 | ,516 | |
| Continuity Correction ^b | ,000 | 1 | 1,000 | | | |
| Likelihood Ratio | ,254 | 1 | ,614 | 1,000 | ,516 | |
| Fisher's Exact Test | | | | 1,000 | ,516 | |
| Linear-by-Linear Association | ,243 ^c | 1 | ,622 | 1,000 | ,516 | ,378 |
| N of Valid Cases | 16 | | | | | |

a. 3 cells (75,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,56.

b. Computed only for a 2x2 table

c. The standardized statistic is -,493.

Gráfico 12 – Representação gráfica do teste de independência de DPC e Grau de habilitação literária dos técnicos- Ano 2012



4.4.2.3. Avaliação dos resultados agregados, por NUTS – Ano 2012

Considerando a divisão dos dezanove municípios pelas duas NUTS 2 – Norte e Centro, utilizámos o procedimento de 2011 também para 2012, tendo construído os Quadros 25, 26 e 27 com os dados agregados e constantes das tabelas anteriores, referentes aos itens do DPC e RG.

Quadro 25 - Resultados por NUTS II Norte e Centro – Ano 2012

| Concelho | DPC | | HLT | RG | | HLP |
|-------------------------|--------------|------|-----|--------------|-----|-----|
| | N.º de Itens | % | | N.º de Itens | % | |
| NUTS II - Norte | | | | | | |
| Arouca | 21 | 95% | G3 | 13 | 87% | G3 |
| Castelo de Paiva | 18 | 82% | G2 | 11 | 73% | G3 |
| Espinho | 18 | 82% | G2 | 13 | 87% | G2 |
| Oliveira de Azeméis | 18 | 82% | G2 | 12 | 80% | G2 |
| Santa Maria da Feira | 19 | 86% | G3 | 13 | 87% | G1 |
| São João da Madeira | 9 | 41% | nd | 12 | 80% | nd |
| Vale de Cambra | 5 | 23% | G3 | 10 | 67% | G3 |
| NUTS II - Centro | | | | | | |
| Águeda | 16 | 73% | G2 | 11 | 73% | G2 |
| Albergaria-a-Velha | 15 | 68% | G2 | 3 | 20% | G1 |
| Anadia | 14 | 64% | G2 | 8 | 53% | G1 |
| Aveiro | 20 | 91% | G2 | 12 | 80% | G2 |
| Estarreja | 18 | 82% | G2 | 12 | 80% | G3 |
| Ílhavo | 18 | 82% | nd | 5 | 33% | nd |
| Mealhada | 9 | 41% | nd | 10 | 67% | nd |
| Murtosa | 19 | 86% | G3 | 13 | 87% | G3 |
| Oliveira do Bairro | 7 | 32% | G3 | 13 | 87% | G1 |
| Ovar | 17 | 77% | G2 | 13 | 87% | G3 |
| Sever do Vouga | 22 | 100% | G2 | 12 | 80% | G3 |
| Vagos | 17 | 77% | G2 | 9 | 60% | G2 |

nd – Informação não divulgada

Quadro 26 - Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Norte – Ano 2012

| Técnicos | G2 | G3 | Soma | |
|----------|-----|-----|------|-----|
| T < 75% | | 1 | 1 | 17% |
| T ≥ 75% | 3 | 2 | 5 | 83% |
| SOMA | 3 | 3 | 6 | |
| | 50% | 50% | | |

T – n.º de técnicos

Os resultados obtidos são iguais aos referidos nos Quadros 17, 18 e 19 do ano de 2011.

Quadro 27 - Avaliação dos resultados agregados dos técnicos da NUTS 2 Centro – Ano 2012

| Técnicos | G2 | G3 | Soma | |
|----------|-----|-----|------|-----|
| T < 75% | 3 | 1 | 4 | 40% |
| T ≥ 75% | 5 | 1 | 6 | 60% |
| SOMA | 8 | 2 | 10 | |
| | 80% | 20% | | |

T – n.º de técnicos

Nos municípios desta NUTS 2 – Centro e para o ano de 2012 constataram-se variações pouco significativas, mantendo-se os mesmos pressupostos referidos para os Quadros 17 a 19, de 2011, pese embora verificarmos, neste ano, um resultado melhor apresentado pelos técnicos com curso superior nas áreas das ciências empresariais (comparar quadro 19 com o quadro 27). No entanto, a diferença não é significativa, pelo que não podemos afirmar que existe uma correlação entre a formação académica e a qualidade do relato financeiro.

Capítulo 3 – Conclusões e sugestões para investigação futura

Neste estudo foi efetuada uma revisão à literatura e análise dos documentos de prestação de contas e relatórios de gestão elaborados pelos municípios do distrito de Aveiro, com vista à avaliação da qualidade de relato financeiro.

Após termos efetuado uma recolha de dados dos anos de 2009 a 2012, e construídas as duas relações de itens validados, verificámos não haver grandes alterações na informação divulgada pelos municípios ao longo do período analisado.

Com base nessa constatação, decidiu-se efetuar o estudo cingindo-nos aos anos de 2011 e 2012, por serem os últimos em que foram aprovadas as contas e publicadas. Com base na informação recolhida, elaborou-se um índice de divulgação de relato financeiro.

A análise dos dados foi efetuada tendo em consideração quer o conjunto dos dezanove municípios, quer os conjuntos constituídos por esses municípios em função da sua localização nas NUTS 2 – Norte e Centro. O objetivo da análise em função das NUTS era verificar se havia alguma alteração na qualidade de relato financeiro relacionada com a localização destes dois grupos de municípios.

Os municípios da NUTS 2 – Norte fazem parte do território supervisionado e intervencionado pela CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte. Por sua vez, os municípios da NUTS 2 – Centro pertencem à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro. Como entidades dotadas de autonomia administrativa e financeira, compreendendo direções e recursos humanos distintos, poderiam influenciar a forma de funcionamento nos municípios que integram a comissão, designadamente na forma como é elaborado o relato financeiro.

Nesta linha de orientação, analisou-se também uma eventual correlação entre a qualidade de relato financeiro e as habilitações literárias dos políticos e técnicos responsáveis pela sua aprovação e elaboração. Com o questionário enviado aos dezanove municípios conseguimos informação sobre as habilitações dos políticos

e técnicos de dezasseis municípios. Não recebemos resposta de Ílhavo, Mealhada e São João da Madeira.

A análise à informação recolhida permite realçar que, para os documentos da prestação de contas, constatamos que 12 municípios têm mais de 15 itens validados, de entre 22 possíveis, traduzindo um razoável nível de conformidade no cumprimento das normas quanto à elaboração e publicitação das contas.

Quanto ao relatório de gestão, existem 13 municípios com resultados superiores a 10 itens validados de entre 15 possíveis o que corresponde a uma percentagem próxima da obtida para os DPC.

Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que a qualidade de relato é razoável no conjunto dos dezanove municípios do distrito de Aveiro. No entanto, seria exetável que a totalidade ou maioria dos municípios cumprissem com todos os itens legalmente exigidos e assinalados nas duas relações – Quadros 4 e 5.

Como foi referido antes, a Lei das Finanças Locais² apenas exige que sejam publicitados, por exemplo, no portal da autarquia: o Balanço; a Demonstração de Resultados e o Relatório de Gestão. Contudo não faz sentido isolarmos esses três documentos dos demais que fazem parte do relato financeiro, como se encontram descritos nas duas relações que foram elaboradas.

Quanto às questões de investigação formuladas neste trabalho, podemos concluir que nos municípios analisados:

- a) não há uma elaboração e divulgação de todos os documentos de prestação de contas legalmente previstos.
- b) não se verifica o cumprimento integral dos requisitos legalmente exigidos na elaboração dos DPC e RG.

Importa ainda salientar que:

² Aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro

- a) as autarquias locais do distrito de Aveiro não divulgam informação financeira homogénea quer em qualidade, quer em quantidade, sendo que algumas não cumprem mesmo todas as exigências da respetiva normalização nos relatórios e contas;
- b) a qualidade de relato financeiro neste conjunto de municípios poderia ser melhorada através de uma uniformização de processos;
- c) não há uma associação significativa entre as habilitações literárias dos políticos e técnicos e a qualidade do relato das autarquias do distrito de Aveiro;
- d) o grau de conformidades verificadas nos municípios da NUTS 2 – Norte é semelhante ao obtido pelos municípios da NUTS 2 – Centro.

Desta forma, embora discutível, podemos considerar que, nos dezanove municípios do distrito de Aveiro, o relato financeiro deixa de ter uma qualidade elevada pela disparidade de resultados constatados na observação dos itens validados que fazem parte de itens com aplicação obrigatória, segundo determinam as normas legais referidas – POCAL e LFL.

Podemos considerar que, através da uniformização desses procedimentos, iriam beneficiar todos aqueles que consultam as demonstrações financeiras destas entidades – cidadão comum, entidades privadas, entidades públicas e organismos de tutela³.

Para além deste desafio, quanto à uniformização de procedimentos, este estudo poderá ser desenvolvido pelo alargamento do âmbito de municípios analisados.

Em princípio, com um número maior de entidades observadas poderíamos obter resultados diferentes e conclusões distintas. O estudo poderia ser feito através da observação de dados dos municípios de dois distritos ou aumentando a amostra e abrangendo autarquias de regiões distintas. Esse estudo poderia conceder-nos resultados mais fidedignos para justificarmos as questões de investigação colocadas no trabalho.

³ IGF – Inspeção Geral das Finanças e Tribunal de Contas

Referências Bibliográficas

Alves, J., Ribeiro, N., Monte, A., & Fernandes, P. (2006). *Integração da contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial: estudo dos municípios do distrito de Bragança*. Paper presented at the Desarrollo de Regiones Y Eurorregiones. El desafio del cambio rural. Consultado em 28 de outubro de 2012, através de https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1018/1/n_10.pdf

Blanco, H., Lennard, J., & Lamontagne, S. (2011). Annual Reporting and Accountability by Municipalities in Canada: An Empirical Investigation*. *Accounting Perspectives*, 10(3), 195-224. doi: 10.1111/j.1911-3838.2011.00024.x. Consultado em 10 de dezembro de 2012, através de <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=65453751&site=ehost-live>

Coutinho, R., & Santos, C. (2010). XBRL: Facilitador da Divulgação do Relato Financeiro. *Estudos do ISCA*, IV 24. Consultado em 8 de dezembro de 2012, através de <http://hdl.handle.net/10773/8450>

Cunha, A. (2011). *O Impacto da Adoção das IPSAS no Relato Financeiro das Autarquias*. Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro. Consultado em 16 de outubro de 2012, através de <http://hdl.handle.net/10773/9124>

Ferreira, A. (2011). *Motivações do gestor e instrumentos contabilísticos utilizados na gestão dos resultados: o caso das autarquias locais*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Consultado em 27 de novembro de 2012, através de <http://hdl.handle.net/10773/4329>

Gonçalves, M, Correia, C., & Marques, M. (2011). Local Governmental Accounting in Portugal and the Information Disclosed on Cash and Accruals Bases: A Case at a Coimbra'S Municipality. *Revista Universo Contábil*, 156-178. doi: 10.4270/ruc.2011436. Consultado em 1 de dezembro de 2012, através de <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2516>

INE. (2012). Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Consultado em 12 de janeiro de 2013, através de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=rau2012_inicio

Lemos, K. (2011). *Contabilidade de Instrumentos derivados. Estudo da informação divulgada pelas empresas portuguesas.* Tese de Doutoramento, UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Consultado em 6 de dezembro de 2012, através de <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/3650/1/9788498878332.pdf>

Lourenço, R., Jorge, S., Moura e Sá, P., & Rolas, H. (2011). Transparência financeira das Autarquias Locais: informação disponibilizada nos sítios web. *Relatório de Investigação N.º 4/2011*, 31. Consultado em 31 de outubro de 2012, através de www.inescc.pt/documentos/4_11.pdf

Mendes, H. (2012). Divulgação da informação financeira via internet das autarquias locais. Consultado em 31 de outubro de 2012 através de <http://hdl.handle.net/10773/10589>

Parlamento Europeu e do Conselho (2003). Regulamento (CE) n.º 1059/2003. Consultado em 10 de dezembro de 2012, através de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:154:0001:0001:PT:PDF>

Pridgen, A. (2008). *Analyzing the financial condition of local governments using the GASB No. 34 governmental financial reporting model.* Tese de Dissertação, The University of Mississippi. Consultado em 15 de janeiro de 2013, através de <http://search.proquest.com/docview/304512983?accountid=26357>

Steccolini, I. (2004). Is the Annual Report an Accountability Medium? An Empirical Investigation into Italian Local Governments. *Financial Accountability & Management*, 20, p327-350. Consultado em 10 de janeiro de 2013, através de <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=13801419&site=ehost-live>

Tribunal de Contas (2001). Resolução n.º 4/2001 - *Instruções n.º 01/2001 – 2ª S – Instruções para a organização e documentação das constas da autarquias locais*

e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidae das Autarquias Locais (POCAL). Consultado em 27 de novembro de 2012, através de <http://www.tcontas.pt/pt/actos/resolucoes/2001/res04-01.pdf>

VIEIRA, R. (2009). Paradigmas teóricos da investigação em contabilidade. In MAJOR, M.; VIEIRA, R. (Org.), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*, Escolar Editora, Lisboa, 11-34.

ANEXOS

Anexo 1 – Legislação sobre contabilidade autárquica

| Ano | Diplomas | | Consulta do Documento |
|------|--|----------------------------|---|
| 2013 | Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro | LFL (nova) | https://dre.pt/application/file/202353 |
| 2007 | Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro | LFL | http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/01000/03200335.pdf |
| 2005 | Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro | 4ª alt. POCAL ⁴ | http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/250A01/00020361.pdf |
| 2002 | Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de maio | 3ª alt. POCAL | http://dre.pt/pdf1sdip/2002/04/080A01/00020003.pdf |
| | Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de fevereiro | 2ª alt. POCAL | http://dre.pt/pdf1sdip/2000/12/278A00/69176919.pdf |
| | Lei n.º 162/99, de 14 de setembro | 1ª alt. POCAL | http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/215A00/63106310.pdf |
| 1999 | Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro | POCAL | http://dre.pt/pdf1sdip/1999/02/044A01/00020085.pdf |
| | Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro | POCP | http://dre.pt/pdf1sdip/1997/09/203A00/45944638.pdf |
| | D. Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro | | http://dre.pt/pdf1sdip/1984/12/29903/00320058.pdf |
| 1883 | Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de julho | | http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/16600/26662690.pdf |
| | Decreto-Lei n.º 243/79, de 25 de julho | | http://dre.pt/pdf1sdip/1979/07/17000/16611679.pdf |
| 1979 | Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro | LFL | http://dre.pt/pdf1sdip/1979/01/00100/00010007.pdf |

⁴ Art.º 104º da LOE 2006, que alterou o art.º 8º do diploma que aprovou o POCAL

Anexo 2 – Acesso na internet aos documentos de prestação de contas

| Município | Localização | Obs. |
|--------------------|---|---|
| Águeda | http://www.cm-agueda.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=54552 | |
| Albergaria-a-Velha | http://www.cm-albergaria.pt/Templates/TabbedContainer.aspx?id_class=5916&divName=1977s5916 | |
| Anadia | http://www.cm-anadia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=917&Itemid=929 | Copiar o link para o browser de internet. |
| Arouca | http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2142&Itemid=574 | |
| Aveiro | http://www.cm-aveiro.pt/www/templates/GenericDetail.aspx?id_object=29992&TM=2378S2466&id_class=2466 | |
| Castelo de Paiva | http://www.cm-castelo-paiva.pt/VSD/CasteloPaiva/vPT/Publica/InformacaoOficial/DocumentosFinanceiros/ | |
| Espinho | http://portal.cm-espinho.pt/pt/informacao-e-actividades/documentos/informacao-financeira/prestacao-de-contas/ | |

| | | |
|---------------------|---|--|
| Estarreja | http://www.cm-estarreja.pt/seccao.php?s=prestacao_contas | |
| Ílhavo | http://www.cm-ilhavo.pt/pages/57?folder_id=73 | |
| Mealhada | http://www.cm-mealhada.pt/index.php?id=997&parcat=1340&par=0&acao=mostra.php | |
| Murtosa | www.cm-murtosa.pt | Orgãos Autárquicos/ Câmara Municipal/Pre stação de contas |
| Oliveira de Azeméis | http://www.cm-oaz.pt/documentos_online.18/informacao_financeira.209/prestacao_de_contas.217.html | |
| Oliveira do Bairro | http://www.cm-olb.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30987 | |
| Ovar | http://www.cm-ovar.pt/www//Templates/GenericDetails.aspx?id_object=4177&divName=627s114s1622s1623&id_class=1623 | Premir F5 se não efetuar download à primeira. |

| | | |
|----------------------|---|---|
| Santa Maria da Feira | https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira/template.MAXIMIZE/relatorio-https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira/template.MAXIMIZE/relatorio-contas/?javax.portlet.tpst=6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_ws_MX&javax.portlet.prp_6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_viewID=detail_view&javax.portlet.prp_6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_thematicContentPath=%2FMain%20Navigation%2FInstitucional%2FRelat%C3%B3rios%2FRelat%C3%B3rio%20de%20Contas%2F&javax.portlet.begCacheTok=com.vignette.cachetoken&javax.portlet.endCacheTok=com.vignette.cachetoken/?javax.portlet.tpst=6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_ws_MX&javax.portlet.prp_6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_viewID=detail_view&javax.portlet.prp_6e3fbee686baa2a31dd762d990af8a0c_thematicContentPath=%2FMain%20Navigation%2FInstitucional%2FRelat%C3%B3rios%2FRelat%C3%B3rio%20de%20Contas%2F&javax.portlet.begCacheTok=com.vignette.cachetoken&javax.portlet.endCacheTok=com.vignette.cachetoken | Copiar o link para o browser de internet. |
| São João da Madeira | http://www.cm-sjm.pt/15913 | |
| Sever do Vouga | http://www.cm-sever.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=27 | |
| Vagos | http://www.cm-vagos.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=34031 | |
| Vale de Cambra | http://www.cm-valedecambra.pt/index.php/gestao-municipal/relatorios-e-contas | |

Anexo 3 – Documentos de relato financeiro publicitados na internet (2009 a 2011)

| Concelho | Balanço | DR | NBDR (1) | RG | Mapas de execução orçamental | | | | |
|----------------------|---------|-----|----------|-----|------------------------------|---------|--------------|-----|-----|
| | | | | | Receita | Despesa | Fluxos Caixa | PPI | PA |
| Águeda | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Albergaria-a-Velha | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Anadia | Sim | Sim | Sim | (6) | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Arouca | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Aveiro | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Castelo de Paiva | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Espinho | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Estarreja | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Ílhavo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Mealhada | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | (2) | Sim | Sim |
| Murtosa | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | (3) | (3) |
| Oliveira de Azeméis | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Oliveira do Bairro | Sim | Sim | (2) | Sim | Sim | Sim | (2) | Sim | Sim |
| Ovar | | | | | | | | | |
| Santa Maria da Feira | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| São João da Madeira | Sim | Sim | (6) | (6) | Sim | Sim | (2) | Sim | Sim |
| Sever do Vouga | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Vagos | Sim | Sim | (5) | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Vale de Cambra | (7) | (7) | (4) | (4) | (2) | (2) | (2) | (2) | (2) |

Fonte: Páginas de Internet de cada município - elaborado pelo próprio

Documentos disponíveis

Não se consegue o download dos documentos

(1) - Anexos

(2) - Não disponível

(3) - Não disponível para os anos de 2009 e 2010

(4) - Não disponível para os anos de 2009 e 2011

(5) - Não disponível para os anos de 2010 e 2011

(6) - Não disponível para o ano de 2010

(7) - Não disponível para o ano de 2011

Anexo 4 – Documentos de relato financeiro publicitados na internet (2012)

| Concelho | Balanço | DR | NBDR (1) | RG | Mapas de execução orçamental | | | | |
|----------------------|---------|-----|----------|-----|------------------------------|---------|--------------|-----|-----|
| | | | | | Receita | Despesa | Fluxos Caixa | PPI | PA |
| Águeda | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Albergaria-a-Velha | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Anadia | | | | | | | | | |
| Arouca | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Aveiro | | | | | | | | | |
| Castelo de Paiva | | | | | | | | | |
| Espinho | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Estarreja | | | | | | | | | |
| Ílhavo | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Mealhada | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Murtosa | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Oliveira de Azeméis | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Oliveira do Bairro | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Ovar | Sim | Sim | Sim | | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Santa Maria da Feira | | | | | | | | | |
| São João da Madeira | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Sever do Vouga | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Vagos | Sim | Sim | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Vale de Cambra | | | | | | | | | |

Fonte: Páginas de Internet de cada município - elaborado pelo próprio

Documentos disponíveis

Não se consegue o download dos documentos

(1) - Anexos

(2) - Não disponível (no primeiro acesso à página)

(3) - Não disponível para os anos de 2009 e 2010

(4) - Não disponível para os anos de 2009 e 2011

(5) - Não disponível para os anos de 2010 e 2011

(6) - Não disponível para o ano de 2010

(7) - Não disponível para o ano de 2011

Anexo 5 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2009

| Áreas | POCAL | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | LHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.MADEIRA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|---|-----------------|-----------------------|-------------|-----------|----------|-------------------------|-----------|-------------------------|--------------|---------|----------------|---------------------|---------------------|-----------|------------------------------------|-------------|-------------|------------|-----------|-----------|-----------------------|--------|
| BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanço | 2.1 | R 12 - 16 / R 23 - 26 | P 10 - 13 | DA | DA | P 483 - 484 P 5 - 7 | R 19 - DA | R 5 - 6 / R 83 - 87 | R 86 - 89 DA | DA | R 39 - 44 / DA | R 65 - 79 | R 28 / DA | R 20 / DA | R 50 / R 72 - 73 / DA | R 445 | R 17 / DA | DA | P 84 - 87 | DA | 19 | 100,0% |
| Demonstração de Resultados | 2.2 | R 17 / R 27 | P 14 | DA | DA | P 485 - 486 P 9 | R 22 - DA | R 6 - 8 / R 89 - 90 | R 90 - 91 DA | DA | R 44 - 46 / DA | R 79 - 83 | DA | DA | R 74 / DA | R 448 | R 19 / DA | DA | P 88 | DA | 19 | 100,0% |
| MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.4 / 7.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de controlo orçamental da despesa | 2.3.4.1 / 7.3.1 | R 51 - 54 | P 22 - 26 | DA | DA | P 11 - 16 | DA | R 92 - 98 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | R 217 - 221 / DA | | DA | DA | P 7 - 10 | DA | 18 | 94,7% |
| Mapa de controlo orçamental da receita | 2.3.4.1 / 7.3.2 | R 46 - 50 | P 18 - 21 | DA | DA | P 18 - 21 | DA | R 99 - 105 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | R 223 - 227 / DA | | DA | DA | P 3 - 6 | DA | 18 | 94,7% |
| Fluxos de Caixa | 2.3.4.4 / 7.5 | R 103 - 108 | P 55 - 61 | DA | DA | P 50 - 57 | DA | R 115 - 123 | DA | DA | | DA | DA | | R 320 - 334 | | | DA | P 17 - 21 | | 14 | 73,7% |
| Mapa de Contas de ordem | 7.5 | R 84 | P 62 / P 72 | | A 8 | P 78 | DA | R 125 | | DA | A 13 | | DA | DA | R 337 - A 13 | R 461 | | RP 12 | P 89 | | 14 | 73,7% |
| Operações de Tesouraria | 7.6 | R 109 - 114 | P 63 - 69 | DA | DA | P 59 - 63 | DA | R 125 - | R 21 DA | DA | | DA | DA | | R 339 - 347 | | | | P 23 - 36 | | 13 | 68,4% |
| EXECUÇÃO ANUAL DO PPI | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de Execução do PPI | 7.4 | R 55 - 63 | P 39 - 48 | | DA | P 469 - 472 P 23 - 48 | DA | R 50 - 56 / R 106 - 113 | DA | DA | DA | | DA | DA | R 229 - 246 | R 440 | DA | RO 20 / DA | P 11 - 16 | R 18 - 19 | 17 | 89,5% |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caraterização da entidade | 8.1 | R 28 - 30 | P 4 - 6 | R 37 - 41 | DA | P 65 - 66 | A 1 | R 129 - 130 | R 6 DA | DA | A 10 | DA | DA | | A 4 - 5 | R 451 - 453 | A 2 - 6 | | | | 15 | 78,9% |
| Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 | R 28 - 109 | P 4 - 78 | R 37 - 48 | A 1 - 20 | P 65 - 169 | A 1 - 12 | R 129 - 225 | R 6 - 73 | A 1 - 4 | A 1 - 15 | R 4 - 8 / R 84 - 93 | A 1 - 4 / R 37 - 38 | A 1 - 8 | A 1 - 15 / A 54 - 57 / R 147 - 214 | R 451 - 465 | A 2 - 28 | R 1 - 13 | P 37 - 96 | | 18 | 94,7% |
| NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 | R 64 - 66 | | | DA | P 187 | DA | R 156 - 160 | DA | DA | | R 90 | DA | | A 55 | | A 25 | | P 49 - 51 | | 12 | 63,2% |
| Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 | R 67 - 70 | | | DA | P 188 - 195 | DA | R 18 / R 161 - 166 | DA | DA | | R 90 | DA | | A 17 - 54 | | A 25 | | P 52 - 55 | | 12 | 63,2% |
| Modificações do Plano Plurianual de Atividades | (2.3) | | | | | | DA | R 187 - 189 | DA | DA | | | DA | | | | | | | | 5 | 26,3% |
| Contratação administrativa | 8.3.3 | | P 15 | DA | DA | P 72 P 88 - 98 | DA | R 202 - 205 | DA | DA | | R 92 / DA | DA | | R 147 - 174 | | A 26 | | P 63 - 72 | | 13 | 68,4% |
| Transferências e subsídios: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 | R 99 - 104 | P 79 - 90 | DA | DA | P 477 - 479 P 100 - 105 | DA | R 190 - 191 | R 61 DA | DA | | R 92 | DA | | R 176 - 182 | | R 16 / A 26 | | P 73 - 80 | | 14 | 73,7% |
| - Transferências capital - Despesa | 8.3.4.2 | R 105 - 106 | P 91 | DA | DA | P 107 - 108 | DA | R 192 | R 73 DA | DA | | R 92 | DA | | R 183 - 184 | | R 16 / A 26 | | P 81 | | 14 | 73,7% |
| - Subsídios concedidos | 8.3.4.3 | | | DA | DA | P 110 | | | | | | R 92 | | | R 185 | | A 26 | | | | 6 | 31,6% |
| - Transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 | R 97 | P 77 | DA | DA | P 112 | DA | R 193 - 195 | DA | DA | | R 92 | DA | | R 186 | | A 26 | | P 82 | | 14 | 73,7% |
| - Transferências capital - Receita | 8.3.4.5 | R 98 | P 78 | DA | DA | P 473 - 475 P 114 | DA | R 196 | DA | DA | | R 93 | DA | | R 187 | | A 26 | | P 83 | | 14 | 73,7% |
| - Subsídios obtidos | 8.3.4.6 | | | | DA | P 116 - 118 | | | | | | R 93 | | | | | A 26 | | | | 4 | 21,1% |
| Aplicações em activos de rendimento fixo e variável: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Activos de rendimento fixo | 8.3.5.1 | | | | DA | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 5,3% |
| - Activos de rendimento variável | 8.3.5.2 | | | | DA | P 120 | | | | | | | | | | | | | P 97 | | 3 | 15,8% |
| Itens validados por município | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| n.º | | 16 | 15 | 14 | 21 | 20 | 18 | 18 | 17 | 18 | 8 | 17 | 18 | 7 | 18 | 6 | 16 | 8 | 17 | 5 | | |
| % | | 73% | 68% | 64% | 95% | 91% | 82% | 82% | 77% | 82% | 36% | 77% | 82% | 32% | 82% | 27% | 73% | 36% | 77% | 23% | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 6 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2010

| Áreas | POCAL | ÁGUEDA | ANELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.DADERA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|---|-----------------|---------------------|------------------------|-----------|----------|--------------------|-----------|-----------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|------------------|---------------|-------------|----------------|-------------|-----------------------|------------|-----------|-----------------------|-------|
| BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanço | 2.1 | R 18 / R 25 - 28 | PC 8 - 11 | | DA | P 5 - 7 | DA | R 56 - 60 | R 79 / DA | AEF 2 - 3 / DA | R 43 / DA | R 70 / DA | R 29 / DA | R 19 / DA | DA | R 34 / DA | R 22 / DA | RP 2 / DA | P 86 - 89 | DA | 18 | 94,7% |
| Demonstração de resultados | 2.2 | R 20 / R 29 | PC 12 | | DA | P 9 | DA | R 62 - 63 | R 84 / DA | AEF 6 - 7 / DA | R 47 / DA | R 83 / DA | DA | DA | DA | R 43 / DA | R 24 / DA | RP 2 / DA | P 90 | DA | 18 | 94,7% |
| DAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.4 / 7.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de controlo orçamental da despesa | 2.3.4.1 / 7.3.1 | R 57 - 60 | PC 16 - 20 | | DA | P 11 - 17 | DA | R 65 - 71 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 3 - 8 | DA | DA | DA | P 6 - 10 | DA | 18 | 94,7% |
| Mapa de controlo orçamental da receita | 2.3.4.1 / 7.3.2 | R 53 - 56 | R 20 - 22 / PC 21 - 24 | | DA | P 19 - 22 | DA | R 72 - 78 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 10 - 15 | DA | DA | DA | P 2 - 5 | DA | 18 | 94,7% |
| Fluxos de Caixa | 2.3.4.4 / 7.5 | R 68 - 72 | PC 55 - 61 | | DA | P 42 - 49 / DA | DA | R 88 - 95 | DA | DA | | DA | DA | | D 111 - 145 | DA | | DA | P 18 - 23 | | 14 | 73,7% |
| Mapa de Contas de ordem | 7.5 | R 97 | PC 62 / PC 72 | | A 8 | P 72 | DA | R 96 | R 21 / DA | DA | R 78 | DA | DA | A 13 / DA | D 147 | DA | | RP 11 | P 91 | | 16 | 84,2% |
| Operações de Tesouraria | 7.6 | R 74 - 79 | PC 63 - 69 | | DA | P 51 - 57 | DA | R 97 - 99 | DA | DA | | DA | DA | | D 149 - 171 | DA | | | P 25 - 38 | | 13 | 68,4% |
| EXECUÇÃO ANUAL DO PPI | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de Execução do PPI | 7.4 | R 2 - 4 / R 61 - 71 | R 19 / PC 38 - 47 | | DA | R 461 | DA | R 30 - 35 / R 79 - 86 | DA | DA | DA | | R 13 / R 26 / DA | | D 17 - 31 | R 28 / DA | DA | RO 21 | P 11 - 17 | R 16 | 16 | 84,2% |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caraterização da entidade | 8.1 | R 31 - 32 | PC 4 - 6 | R 31 - 34 | DA | P 59 - 60 | A 1 | R 101 - 104 | R 4 - 5 / DA | DA | R 74 | R 87 / DA | DA | | A 4 - 5 | R 48 - 51 | A 2 - 6 | | | | 15 | 78,9% |
| Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 | R 31 - 128 | PC 4 - 110 | R 31 - 41 | A 1 - 20 | P 59 - 156 | A 1 - 11 | R 101 - 235 | A 1 - 16 | A 1 - 4 / DA | R 74 - 80 / DA | R 87 - 97 / DA | A 1 - 4 / DA | A 1 - 16 / DA | A 4 - 204 | R 48 - 65 / DA | A 2 - 29 | RP 1 / RP 8 - 12 / DA | P 51 - 100 | | 18 | 94,7% |
| NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 | R 73 - 75 | | | DA | P 184 | A 10 / DA | R 163 - 167 | DA | DA | | R 94 | DA | | | DA | A 26 | | | P 51 - 53 | 12 | 63,2% |
| Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 | R 77 - 81 | | | DA | P 176 - 183 | A 10 / DA | R 168 - 174 | DA | DA | | R 94 | DA | | A 18 - 86 | DA | A 26 | | | P 54 - 57 | 13 | 68,4% |
| Modificações do Plano Plurianual de Atividades | (2.3) | | | | | | DA | R 198 - 199 | DA | DA | | | DA | | | DA | | | | | 6 | 31,6% |
| Contratação administrativa | 8.3.3 | | PC 15 | | DA | P 66 / P 82 - 89 | A 10 / DA | R 213 - 216 | DA | DA | | R 95 / DA | | | A 97 - 133 | DA | A 27 | | | P 68 - 73 | 12 | 63,2% |
| Transferências e subsídios: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 | R 119 - 124 | PC 79 - 90 | | DA | P 91 - 94 | A 11 / DA | R 200 - 202 | DA | DA | | R 96 / DA | DA | | A 135 - 143 | DA | R 21 / A 27 | | | P 74 - 82 | 14 | 73,7% |
| - Transferências capital - Despesa | 8.3.4.2 | R 125 - 126 | PC 91 | | DA | P 96 | A 11 / DA | R 203 | DA | DA | | R 96 / DA | DA | | A 144 - 145 | DA | R 21 / A 27 | | | P 83 | 14 | 73,7% |
| - Subsídios concedidos | 8.3.4.3 | | | | DA | R 465 - 467 / P 98 | | | | | | R 96 | | | A 146 | DA | A 27 | | | | 6 | 31,6% |
| - Transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 | R 115 | PC 77 | | DA | P 100 | A 11 / DA | R 204 - 207 | DA | DA | | R 96 / DA | DA | | A 147 | DA | A 27 | | | P 84 | 14 | 73,7% |
| - Transferências capital - Receita | 8.3.4.5 | R 117 | PC 78 | | DA | P 102 | A 11 / DA | R 208 | DA | DA | | R 96 / DA | DA | | A 148 | DA | A 27 | | | P 85 | 14 | 73,7% |
| - Subsídios obtidos | 8.3.4.6 | | | | DA | P 104 - 106 | | | | | | R 96 / DA | | | | | A 27 | | | | 4 | 21,1% |
| Aplicações em activos de rendimento fixo e variável: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Activos de rendimento fixo | 8.3.5.1 | | | | DA | | | | | | | | | | | DA | | | | | 2 | 10,5% |
| - Activos de rendimento variável | 8.3.5.2 | | | | DA | P 108 | | | | | | | | | | | | | | P 100 | 3 | 15,8% |
| Itens validados por município | | n.º | 15 | 2 | 21 | 20 | 18 | 18 | 18 | 8 | 18 | 17 | 6 | 17 | 20 | 16 | 8 | 17 | 5 | | | |
| | | % | 73% | 68% | 9% | 95% | 91% | 82% | 82% | 36% | 82% | 77% | 27% | 77% | 91% | 73% | 36% | 77% | 23% | | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 7 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2011

| Áreas | POCAL | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.DADERA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % | |
|---|-----------------|-----------------|------------------------|----------------|----------|-----------------------------|-----------|-----------------------|-----------|----------------|----------------|----------------|--------------|-----------|-------------|----------------|-------------|-----------|-----------|----------------|-----------------------|--------|--|
| BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanço | 2.1 | R 9 / R 12 - 16 | PC 9 - 12 | DA | DA | R 532 - 533 / P 5 - 7 | R 19 / DA | R 64 - 68 | DA | ASE 2 - 7 / DA | R 40 - 45 / DA | R 52 / DA | R 61 / DA | R 19 / DA | R 46 | R 37 - 46 / DA | R 19 / DA | DA | P 79 - 82 | R 24 - 26 / DA | 19 | 100,0% | |
| Demonstração de Resultados | 2.2 | R 17 | PC 13 | DA | DA | R 534 - 535 / P 9 | R 21 / DA | R 12 / R 70 | DA | ASE 6 / DA | R 45 - 47 / DA | R 61 / DA | DA | DA | DA | R 47 / DA | R 20 / DA | DA | P 83 | R 27 - 28 / DA | 19 | 100,0% | |
| DAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.4 / 7.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de controlo orçamental da despesa | 2.3.4.1 / 7.3.1 | R 38 - 42 | R 18 - 19 / PC 20 - 24 | DA | DA | P 11 - 37 | DA | R 73 - 79 | R 26 / DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 3 - 7 | DA | DA | DA | P 8 - 11 | DA | 19 | 100,0% | |
| Mapa de controlo orçamental da receita | 2.3.4.1 / 7.3.2 | R 34 - 37 | R 18 / PC 25 - 28 | DA | DA | R 506 / P 39 - 42 | DA | R 80 - 86 | R 11 / DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 9 - 13 | DA | DA | DA | P 4 - 7 | DA | 19 | 100,0% | |
| Fluxos de Caixa | 2.3.4.4 / 7.5 | R 68 - 72 | PC 62 - 68 | DA | DA | P 65 - 89 | DA | R 97 - 104 | R 9 / DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 88 - 112 | DA | DA | DA | P 17 - 21 | | 16 | 84,2% | |
| Mapa de Contas de ordem | 7.5 | R 65 | P 80 | | DA | P 114 - 121 | DA | R 105 | A 10 / DA | DA | R 87 | DA | DA | A 13 | D 114 | R 68 / DA | | RP 13 | P 84 | | 16 | 84,2% | |
| Operações de Tesouraria | 7.6 | R 74 - 79 | PC 70 - 77 | DA | DA | P 91 - 98 | DA | R 106 - 108 | R 10 / DA | DA | | DA | DA | | D 116 - 132 | DA | | | P 23 - 36 | | 14 | 73,7% | |
| EXECUÇÃO ANUAL DO PPI | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de Execução do PPI | 7.4 | R 2 / R 45 - 50 | PC 43 - 51 | | DA | R 518 - 520 | | R 35 - 41 / R 87 - 94 | R 46 / DA | DA | DA | | DA | | D 15 - 28 | R 30 / DA | R 18 / DA | RO 21 | P 12 - 15 | R 17 | 15 | 78,9% | |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caraterização da entidade | 8.1 | R 18 - 19 | P 4 - 7 | R 32 - 35 | DA | P 100 - 104 | A 2 | R 110 - 116 | DA | DA | R 71 / R 81 | R 7 - 10 / DA | DA | | A 4 - 5 | R 52 - 55 | R 27 | | | R 30 - 34 | 16 | 84,2% | |
| Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 | R 20 - 91 / DA | R 14 - 116 / DA | R 35 - 42 / DA | A 1 - 20 | P 104 - 124 | A 2 - 10 | R 117 - 123 | A 2 - 14 | A 1 - 3 / DA | R 71 - 93 | R 64 - 69 / DA | A 1 - 4 / DA | A 1 - 16 | A 8 - 16 | R 55 - 74 | R 27 - 33 | RP 1 - 14 | P 85 - 91 | R 35 - 42 | 19 | 100,0% | |
| NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 | R 51 - 53 | | | DA | P 224 | DA | R 169 - 173 | DA | DA | | R 70 | DA | | A 46 | R 75 / DA | R 33 | | P 48 - 50 | | 13 | 68,4% | |
| Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 | R 54 - 57 | | | DA | P 211 - 223 | DA | R 174 - 179 | DA | DA | | R 70 | DA | | A 18 - 45 | R 75 / DA | R 33 | | P 51 - 54 | | 13 | 68,4% | |
| Modificações do Plano Plurianual de Atividades | (2.3) | | | | | | DA | R 201 - 202 | DA | DA | | | DA | | | DA | | | | | 6 | 31,6% | |
| Contratação administrativa | 8.3.3 | | P 19 | DA | DA | P 108 / P 126 - 135 | DA | R 213 - 217 | DA | DA | | R 70 | | | A 57 - 97 | DA | R 33 | | P 60 - 68 | | 13 | 68,4% | |
| Transferências e subsídios: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 | R 82 - 87 | P 87 - 98 | DA | DA | R 526 - 528 / P 137 - 139 | DA | R 204 - 205 | DA | DA | | R 70 / DA | DA | | A 99 - 115 | DA | R 17 / R 33 | | P 69 - 75 | | 15 | 78,9% | |
| - Transferências capital - Despesa | 8.3.4.2 | R 88 - 89 | P 99 | DA | DA | R 526 - 528 / P 141 | DA | R 206 | DA | DA | | R 71 / DA | DA | | A 116 - 117 | DA | R 17 / R 33 | | P 76 | | 15 | 78,9% | |
| - Subsídios concedidos | 8.3.4.3 | | | DA | DA | P 143 | | | | | | R 71 | | | | DA | R 33 | | | | 6 | 31,6% | |
| - Transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 | R 80 | P 85 | DA | DA | R 522 / R 524 - 525 / P 145 | DA | R 207 | DA | DA | | R 71 / DA | DA | | A 118 | DA | R 33 | | P 77 | | 15 | 78,9% | |
| - Transferências capital - Receita | 8.3.4.5 | R 81 | P 86 | DA | DA | R 522 / R 524 - 525 / P 147 | DA | R 208 | DA | DA | | R 71 / DA | DA | | A 119 | DA | R 33 | | P 78 | | 15 | 78,9% | |
| - Subsídios obtidos | 8.3.4.6 | | | | DA | P 149 - 151 | | | | | | R 71 / DA | | | | | R 33 | | | | 4 | 21,1% | |
| Aplicações em activos de rendimento fixo e variável: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3.5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Ativos de rendimento fixo | 8.3.5.1 | | | | DA | | | | | | | | | | | DA | | | | | 2 | 10,5% | |
| - Ativos de rendimento variável | 8.3.5.2 | | | | DA | P 153 | | | | | | | | | | | | | P 92 | | 3 | 15,8% | |
| Itens validados por município | | n.º | 16 | 15 | 14 | 21 | 20 | 17 | 18 | 18 | 18 | 9 | 18 | 17 | 6 | 17 | 20 | 16 | 8 | 17 | 7 | | |
| | | % | 73% | 68% | 64% | 95% | 91% | 77% | 82% | 82% | 82% | 41% | 82% | 77% | 27% | 77% | 91% | 73% | 36% | 77% | 32% | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 8 – Relação de itens validados de DPC por município – Ano 2012

| Áreas | POCAL | ÁGUEDA | AVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREJA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J. DADEIRA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|---|-----------------|-----------------------|---------------------|----------------|---------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|--------------|-----------|-------------|-------------------------|--------------|--------------|-----------|-----------|-----------------------|--------|
| BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Balanço | 2.1 | R 18 - 19 / R 28 - 32 | A 9 - 12 | DA | R 33 / DA | R 508 - 509 / P 6 - 8 | R 15 / DA / 12 - 3 | R 22 / R 108 - 112 | R 72 - 76 / DA | DA | R 38 - 43 / DA | DA | R 73 / DA | R 20 / DA | R 62 / DA | R 47 - 48 / DA | R 18 / DA | R 3 / DA | P 81 - 84 | R 25 - 26 | 19 | 100,0% |
| Demonstração de Resultados | 2.2 | R 20 / R 33 / DA | A 13 | DA | DA | R 510 - 511 / P 10 | R 17 / DA / 14 - 10 | R 31 / 116 - 117 | R 77 / DA | DA | R 44 - 46 / DA | DA | DA | DA | R 40 / DA | R 76 / DA | R 20 / DA | DA | P 85 | R 27 - 28 | 19 | 100,0% |
| DAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.4 / 7.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de controlo orçamental da despesa | 2.3.4.1 / 7.3.1 | R 55 - 58 | R 19 - 20 / 18 - 22 | DA | DA | P 12 - 34 | DA | R 120 - 125 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 120 - 124 | DA | DA | DA | P 8 - 11 | | 18 | 94,7% |
| Mapa de controlo orçamental da receita | 2.3.4.1 / 7.3.2 | R 50 - 54 | R 19 / A 23 - 25 | DA | DA | P 37 - 40 | DA | R 126 - 132 | DA | DA | DA | DA | DA | DA | D 128 - 132 | DA | DA | DA | P 4 - 7 | | 18 | 94,7% |
| Fluxos de Caixa | 2.3.4.4 / 7.5 | R 85 - 90 | A 59 - 65 | DA | DA | P 58 - 77 | DA / 111 - 12 | R 144 - 151 | DA | DA | DA | DA | DA | | D 216 - 226 | DA | | DA | P 20 - 24 | | 16 | 84,2% |
| Mapa de Contas de ordem | 7.5 | R 82 | P 66 / P 78 | | A 9 - 15 / DA | P 101 | DA | R 152 | R 20 | DA | R 92 | DA | DA | A 15 | D 230 | R 95 / DA | | R 14 / DA | P 86 | | 16 | 84,2% |
| Operações de Tesouraria | 7.6 | R 91 - 96 | A 67 - 75 | DA | DA | P 79 - 86 | DA | R 153 - 155 | R 19 / DA | DA | | DA | DA | | D 234 - 249 | DA | | DA | P 26 - 39 | | 15 | 78,9% |
| EXECUÇÃO ANUAL DO PPI | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.3.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mapa de Execução do PPI | 7.4 | R 2 - 3 / R 62 - 66 | R 18 / A 40 - 48 | | DA | R 494 - 496 | DA | R 76 - 82 / R 133 - 140 | R 58 - 59 / DA | DA | DA | DA | R 54 / DA | DA | D 136 - 149 | R 30 - 32 / DA | R 17 / DA | R 26 - 27 | P 12 - 16 | R 17 | 18 | 94,7% |
| ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caraterização da entidade | 8.1 | R 26 - 27 | P 4 - 7 | R 35 - 38 | DA | P 88 - 89 | DA | R 158 - 162 | DA | DA | R 79 | R 7 - 9 / DA | DA | | A 3 - 4 | R 82 - 85 / R 104 - 105 | | R 1 - 4 / DA | | R 30 - 34 | 16 | 84,2% |
| Notas ao balanço e à demonstração de resultados | 8.2 | R 35 - 61 | P 14 - 82 | R 38 - 45 / DA | A 1 - 19 / DA | R 92 - 112 | A 1 - 9 / DA | R 163 - 168 | A 2 - 14 | A 1 - 5 / DA | R 79 - 95 | R 61 - 65 / DA | A 1 - 4 / DA | A 1 - 18 | A 6 - 14 | R 85 - 103 / DA | R 27 - 31 | R 5 - 16 | P 88 - 94 | R 35 - 49 | 19 | 100,0% |
| NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8.3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modificações do orçamento - receita | 8.3.1.1 | R 67 - 69 | | | DA | P 190 | A 9 / DA | R 216 - 219 | DA | DA | | R 65 | DA | | D 24 | DA | | R 17 | P 52 - 54 | | 13 | 68,4% |
| Modificações do orçamento - despesa | 8.3.1.2 | R 71 - 74 | | | DA | P 191 - 218 | A 9 / DA | R 220 - 225 | DA | DA | | R 66 | DA | | D 2 - 22 | DA | | R 17 | P 55 - 58 | | 13 | 68,4% |
| Modificações do Plano Plurianual de Atividades | (2.3) | | | | | | A 9 / DA | R 245 - 246 | DA | DA | | | DA | | | R 104 / DA | | R 17 | | | 7 | 36,8% |
| Contratação administrativa | 8.3.3 | | P 17 | DA | DA | P 96 / P 114 - 121 | A 9 / DA | R 257 - 262 | DA | DA | | R 66 / DA | | | D 40 - 56 | DA | R 32 | R 17 | P 65 - 73 | | 14 | 73,7% |
| Transferências e subsídios: | 8.3.4 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 | R 99 - 104 | P 85 - 95 | DA | DA | P 123 - 125 | A 9 / DA | R 247 - 248 | DA | DA | | R 66 / DA | DA | | D 60 - 80 | DA | R 16 / R 32 | R 17 / DA | P 74 - 77 | | 16 | 84,2% |
| - Transferências capital - Despesa | 8.3.4.2 | R 105 - 106 | P 96 | DA | DA | P 127 | A 9 / DA | R 249 | DA | DA | | R 67 / DA | DA | | D 82 | DA | R 16 / R 32 | R 17 / DA | P 78 | | 16 | 84,2% |
| - Subsídios concedidos | 8.3.4.3 | | | DA | DA | P 129 | | | | | | R 67 | | | | DA | | R 17 | | | 6 | 31,6% |
| - Transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 | R 97 | P 83 | DA | DA | P 131 | A 9 / DA | R 250 - 251 | DA | DA | | R 67 / DA | DA | | D 84 | DA | | R 17 / DA | P 79 | | 15 | 78,9% |
| - Transferências capital - Receita | 8.3.4.5 | R 98 | P 84 | DA | DA | P 134 | A 9 / DA | R 252 | DA | DA | | R 67 / DA | DA | | D 86 | DA | | R 17 / DA | P 80 | | 15 | 78,9% |
| - Subsídios obtidos | 8.3.4.6 | | | | DA | P 136 - 138 | | | | | | R 67 / DA | | | | | | R 17 | | | 4 | 21,1% |
| Aplicações em activos de rendimento fixo e variável: | 8.3.5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| - Activos de rendimento fixo | 8.3.5.1 | | | | DA | | | | | | | | | | | | | R 18 | | | 2 | 10,5% |
| - Activos de rendimento variável | 8.3.5.2 | | | | DA | P 140 | | | | | | | DA | | | | | R 19 | P 95 | | 5 | 26,3% |
| Itens validados por município | n.º | 16 | 15 | 14 | 21 | 20 | 18 | 18 | 18 | 18 | 9 | 19 | 18 | 7 | 17 | 19 | 9 | 22 | 17 | 5 | | |
| | % | 73% | 68% | 64% | 95% | 91% | 82% | 82% | 82% | 82% | 41% | 86% | 82% | 32% | 77% | 86% | 41% | 100% | 77% | 23% | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 9 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2009

| Áreas | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREJA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | SJ.MADEIRA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % | |
|---|-----------|-------------------|-----------|-----------|-------------|---------------------|----------------|------------------|------------|-----------|------------------|-------------|-------------|-----------|-------------|----------------|------------|-------------|-----------|-----------------------|-------|--|
| ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Avaliação da Situação Financeira e Patrimonial | R 15 - 22 | | R 28 - 36 | R 32 - 35 | R 483 - 486 | R 19 - 25 | R 5 - 13 | R 86 - 98 | AEF 1 - 7 | R 39 - 51 | R 65 - 83 | R 57 - 75 | R 15 - 23 | R 37 - 49 | R 445 - 449 | R 17 - 20 | RP 2 - 8 | P 105 - 109 | | 17 | 89,5% | |
| Estrutura de Custos e Perdas | R 17 | | R 29 | R 27 | R 485 | R 24 | R 7 | R 92 | AEF 4 | R 45 | R 80 | R 17 | R 15 / R 19 | R 36 | | R 19 | | P 106 | | 15 | 78,9% | |
| Estrutura de Proveitos e Ganhos | R 17 | | R 30 | R 29 | R 485 | R 24 | R 8 | R 93 - 94 | AEF 4 | R 45 | R 80 | R 22 | R 15 - 18 | R 36 | | R 19 | | P 105 | | 15 | 78,9% | |
| Indicadores de Gestão (Rácios) | R 19 | | R 18 R 34 | R 34 | P 511 - 533 | R 16 - 17 / 29 - 31 | | R 95 - 98 | AEF 6 | R 48 - 51 | R 59 - 65 / R 68 | R 16 / R 30 | R 14 | R 62 - 64 | R 441 - 442 | R 2 | | | | 14 | 73,7% | |
| Fontes de Financiamento do Investimento | | | | | | | R 22 - 23 | R 18 - 19 | | | | | | | | R 15 | | | | 3 | 15,8% | |
| ANÁLISE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da receita | R 8 | R 3 - 4 / PC 2 | R 3 | R 3 | P 445 - 457 | R 7 - 9 | R 15 R 24 - 30 | R 22 / R 24 - 40 | | R 23 - 25 | R 32 - 41 | R 7 | R 6 | R 6 | R 431 | R 5 | | P 101 - 102 | R 7 | 17 | 89,5% | |
| Evolução da receita | R 10 | R 6 | R 3 | R 18 | P 458 - 459 | R 9 - 12 | R 20 | R 11 / R 23 | | R 20 | R 33 / R 36 | R 8 - 9 | R 7 | R 6 - 11 | R 431 - 434 | R 4 / R 7 - 10 | RO 3 | P 100 | R 9 - 10 | 18 | 94,7% | |
| DESPESA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da despesa | R 11 | R 11 - 12 / PC 10 | R 10 | R 3 | P 441 - 442 | R 13 | R 15 R 31 - 33 | R 12 / R 40 - 74 | | R 26 - 29 | R 42 - 49 / R 53 | R 10 | R 9 - 10 | R 12 | R 435 | R 11 - 14 | RO 8 | P 104 | R 17 | 18 | 94,7% | |
| Evolução da despesa | R 13 | | R 10 | R 19 | P 461 - 467 | R 14 - 15 | R 20 R 34 - 49 | R 12 | | R 20 | R 42 - 49 / R 53 | R 11 - 15 | R 10 | R 12 - 16 | R 436 - 439 | R 4 | RO 7 - 9 | P 103 | R 15 - 17 | 17 | 89,5% | |
| DÍVIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De Terceiros | | | | R 36 | | | R 10 - 11 | | | | R 72 | | | R 53 | R 445 - 446 | | RP 2 | | | 6 | 31,6% | |
| A Terceiros | R 21 | | | R 37 | P 489 - 492 | | R 10 - 11 | R 79 | | R 30 | R 75 | R 31 | | R 56 | R 445 - 446 | R 21 | RP 2 | | | 12 | 63,2% | |
| ENDIVIDAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | | | R 22 | R 40 - 42 | P 493 | R 28 - 29 | R 61 | R 84 - 85 | | R 35 - 37 | R 50 | R 31 | R 24 | R 65 - 67 | R 442 | R 22 | RO 15 - 18 | | R 21 - 23 | 15 | 78,9% | |
| ENDIVIDAMENTO | R 21 | | R 21 | R 38 | P 494 - 507 | R 26 - 27 | R 59 | R 80 - 83 | | | R 49 - 52 | R 31 | R 24 - 25 | R 68 | R 443 - 444 | R 23 | RO 15 - 18 | | | 14 | 73,7% | |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | R 21 | | R 36 | R 35 | P 537 | R 32 | R 81 | R 98 | AEF 7 / MA | | R 101 | R 32 | | R 70 | R 449 | R 24 | RP 14 / MA | P 109 | | 15 | 78,9% | |
| FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | |
| Itens validados por município | n.º | 12 | 4 | 12 | 14 | 13 | 12 | 14 | 14 | 6 | 11 | 14 | 13 | 11 | 14 | 12 | 14 | 10 | 9 | 6 | | |
| | % | 80% | 27% | 80% | 93% | 87% | 80% | 93% | 93% | 40% | 73% | 93% | 87% | 73% | 93% | 80% | 93% | 67% | 60% | 40% | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R ou RG - Relatório de Gestão

Anexo 10 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2010

| Áreas | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉIS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.MADEIRA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|---|-----------|-----------|------------------------|-----------|-------------|-------------|------------------|------------------|-----------|-------------|------------------|-------------|-----------|-----------|------------------|-------------|------------|-------------|-----------|-----------------------|-------|
| ANÁLISE ECONOMICO-FINANÇEIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Avaliação da Situação Financeira e Patrimonial | R 17 - 24 | | R 21 - 29 | R 26- 33 | R 475- 478 | R 19- 24 | R 7 - 14 | R 79- 92 | AEF 1 - 8 | R 41 - 49 | R 34 - 86 | R 17 - 25 | R 13 - 22 | R 22 - 51 | R 34 - 46 | R 22 - 25 | RP 2 - 8 | P 110 - 120 | | 17 | 89,5% |
| Estrutura de Custos e Perdas | R 20 | | R 22 | R 26 | R 477 | R 22 | R 9 | R 84 - 85 | AEF 5 | R 47 | R 83 | R 17 | R 18 | R 22 | R 44 | R 24 | | P 112 | | 16 | 84,2% |
| Estrutura de Provéitos e Ganhos | R 20 | | R 23 | R 28 | R 477 | R 22 | R 10 | R 85 / R 87 | AEF 4 | R 47 | R 83 | R 23 | R 13 - 17 | R 22 | R 44 | R 24 | | P 110 | | 16 | 84,2% |
| Indicadores de Gestão (Rácios) | R 21 - 22 | | R 4; 8; 12; 17; 27; 29 | R 33 | R 503 - 525 | R 15 / R 21 | | R 89 - 91 | AEF 7 | R 51 - 54 | R 63 - 69 / R 72 | R 16 / R 31 | R 12 | R 49 - 50 | R 30 / R 45 - 46 | R 3 | | | | 14 | 73,7% |
| Fontes de Financiamento do Investimento | | | | | | | R 27 - 28 | R 18 | | | | | | | | R 20 | | | | 3 | 15,8% |
| ANÁLISE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da receita | R 9 | R 4 - 5 | R 3 | R 5 | R 448 | R 7 | R 16 - 19 / R 25 | R 22 - 39 | | R 28 / R 30 | R 37 / R 39 | R 7 | R 5 - 6 | R 3 | R 15 | R 7 | | | R 6 | 16 | 84,2% |
| Evolução da receita | R 11 - 12 | R 7 - 11 | R 3 | R 17 | R 447 - 449 | R 9 - 11 | | R 10 / R 23 | | R 25 | R 36 / R 39 | R 7 - 8 | R 6 | R 3 - 7 | R 14 - 19 | R 8 | RO 3 - 7 | P 108 - 107 | R 8 | 17 | 89,5% |
| DESPESA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da despesa | R 13 | R 12 - 18 | R 7 | R 6 | R 451 | R 12 | R 20 - 26 | R 11 / R 40 - 66 | | R 31 | R 45 | R 10 | R 9 | R 7 | R 20 - 27 | R 13 | RO 9 | | R 15 | 17 | 89,5% |
| Evolução da despesa | R 15 | | R 7 | R 18 | R 451 - 455 | R 13 | | R 11 | | R 32 - 33 | R 44 | R 10 - 11 | R 9 | R 7 - 11 | R 20 - 27 | R 14 | RO 8 - 11 | P 108 - 109 | R 13 - 15 | 16 | 84,2% |
| DÍVIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De Terceiros | | | | R 35 | | | R 12 | | | | R 73 | | | R 40 - 41 | R 37 | | RP 2 | | | 6 | 31,6% |
| A Terceiros | R 23 | | | R 37 | R 481 - 484 | | R 12 | R 71 | | R 35 | R 79 | R 32 | | R 56 | R 41 / MA | R 26 | RP 2 | | | 12 | 63,2% |
| ENDIVIDAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | | | R 15 - 16 | R 36 - 41 | R 484 | R 25 - 29 | | R 76 | | R 37 - 39 | R 53 | R 32 | R 22 | R 51 - 55 | R 31 - 33 | R 28 - 29 | RO 16 - 19 | | R 20 - 22 | 14 | 73,7% |
| ENDIVIDAMENTO | R 23 | | R 14 | R 37 | R 484 - 492 | R 25 - 29 | R 38 | R 77 - 78 | | | R 52 - 55 | R 32 | | R 43 - 45 | R 32 | R 26 | RO 16 - 19 | | | 13 | 68,4% |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | R 24 | | R 30 | R 34 | R 529 | R 30 | R 54 | R 92 | MA | | R 105 | R 33 | | R 58 | R 47 | R 30 | RP 13 | P 120 | | 15 | 78,9% |
| FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Itens validados por município | n.º | 11 | 3 | 11 | 13 | 12 | 11 | 10 | 13 | 5 | 10 | 13 | 12 | 9 | 13 | 13 | 9 | 6 | 5 | | |
| | % | 73% | 20% | 73% | 87% | 80% | 73% | 67% | 87% | 33% | 67% | 87% | 80% | 60% | 87% | 87% | 60% | 40% | 33% | | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 11 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2011

| Áreas | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C.PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.MADERA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|--|----------|-----------|------------------|------------|---------------------|-------------------------|------------------|-----------------|-----------|-------------|------------------|-------------|-----------|-----------|------------------|------------|--------------|-------------|-----------|-----------------------|-------|
| ANÁLISE ECONOMICO-FINANCEIRA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Avaliação da Situação Financeira e Patrimonial | R 8 - 11 | | R 22 - 30 | R 26 - 32 | R 552 - 557 | R 19 - 23 | R 11 - 18 | R 59 | AEF 1 - 8 | R 40 - 47 | R 62 - 64 | R 48 - 63 | R 13 - 22 | R 28 - 61 | R 37 - 50 | R 19 - 23 | RP 2 - 16 | P 111 - 120 | R 24 - 28 | 18 | 94,7% |
| Estrutura de Custos e Perdas | R 9 | | R 23 | R 26 | R 534 | R 21 | R 13 | | AEF 5 | R 46 | R 61 | R 48 | R 13 | R 28 | R 48 | R 20 | | P 112 | R 28 | 16 | 84,2% |
| Estrutura de Proveitos e Ganhos | R 9 | | R 24 | R 28 | R 534 | R 21 | R 14 | | ASE 4 | R 46 | R 61 | R 54 | R 14 | R 28 | R 48 | R 20 | | P 111 | R 28 | 16 | 84,2% |
| Indicadores de Gestão (Rácios) | R 10 | | R 5 / R 9 / R 13 | R 33 | R 560 - 572 | R 16 / R 20 / R 22 - 23 | | | ASE 7 - 8 | R 49 - 52 | R 47 - 51 / R 54 | R 47 / R 63 | R 12 | R 59 - 60 | R 32 / R 49 - 50 | | | | R 19 | 13 | 68,4% |
| Fontes de Financiamento do Investimento | | | | | | | R 33 | | | | | | | | | R 16 | | | | 2 | 10,5% |
| ANÁLISE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da receita | R 4 | R 3 - 6 | R 3 - 4 | R 5 / R 9 | R 506 | R 8 | R 20 - 24 / R 30 | R 12 | | R 27 / R 29 | R 27 / R 29 | R 37 | R 5 | R 7 | R 17 | R 7 | | | R 13 | 16 | 84,2% |
| Evolução da receita | | R 7 | R 3 - 4 | R 17 | R 494 - 502 / R 504 | R 10 - 12 | | R 5 / R 13 - 25 | | R 24 | R 24 - 33 | R 37 - 39 | R 6 | R 7 - 11 | R 16 - 21 | R 9 | RO 3 - 7 | P 106 - 107 | R 11 - 13 | 16 | 84,2% |
| DESPESA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da despesa | R 6 | R 11 - 17 | R 8 | R 6 / R 12 | R 511 | R 13 | R 25 / R 31 | R 27 | | R 30 | R 34 | R 40 | R 9 | R 12 | R 22 / R 27 - 29 | R 12 | RO 9 | | R 15 | 17 | 89,5% |
| Evolução da despesa | R 7 | | R 8 | R 18 | R 508 - 512 | R 14 - 16 | | R 6 / R 28 - 34 | | R 31 - 32 | R 33 - 37 | R 40 - 43 | R 9 | R 12 - 65 | R 22 - 25 | R 13 | RO 8 - 11 | P 108 - 109 | R 14 - 15 | 16 | 84,2% |
| DÍVIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De Terceiros | | | | R 35 | | | R 15 - 16 | | | | R 57 | | | R 49 - 51 | R 41 | | RP 2 | | | 6 | 31,6% |
| A Terceiros | | | | R 37 | R 538 - 541 | | R 15 - 16 | R 52 - 56 | | R 34 | R 58 | R 64 | | R 52 - 54 | R 45 / MA | R 21 | RP 2 / RO 16 | P 116 - 120 | | 12 | 63,2% |
| ENDIVIDAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | | | R 15 - 17 | R 39 - 41 | R 542 - 549 | R 25 | R 46 | R 57 - 58 | | R 36 - 38 | R 39 - 40 | R 4 - 5 | R 23 | R 61 - 65 | R 33 - 36 | R 21 - 22 | RO 16 - 19 | | R 21 - 24 | 15 | 78,9% |
| ENDIVIDAMENTO | | | R 15 - 17 | R 37 | R 543 / R 548 | R 25 | R 44 - 45 | R 52 - 56 | | | R 38 | R 4 / R 64 | R 23 | R 52 - 54 | R 33 - 36 | R 21 - 22 | RO 18 | P 116 - 120 | | 14 | 73,7% |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | R 11 | | R 31 | R 34 | R 576 | R 27 | R 62 | R 59 | MA | | R 75 | R 65 / MA | R 25 | R 67 | R 51 | R 23 | RP 15 | P 120 | R 29 | 17 | 89,5% |
| FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO | R 11 | | | | R 580 | | | | | | | R 65 | | | | | | | | 3 | 15,8% |
| Itens validados por município | n.º | 9 | 3 | 11 | 13 | 13 | 11 | 11 | 9 | 5 | 10 | 13 | 13 | 11 | 13 | 13 | 12 | 9 | 8 | 10 | |
| | % | 60% | 20% | 73% | 87% | 87% | 73% | 73% | 60% | 33% | 67% | 87% | 87% | 73% | 87% | 87% | 80% | 60% | 53% | 67% | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 12 – Relação de itens validados de RG por município – Ano 2012

| Áreas | ÁGUEDA | AAVELHA | ANADIA | AROUCA | AVEIRO | C. PAIVA | ESPINHO | ESTARREIA | ÍLHAVO | MEALHADA | MURTOSA | O. AZEMÉS | O. BAIRRO | OVAR | S.M. FEIRA | S.J.MADERA | SEVER | VAGOS | V. CAMBRA | Item Validado Amostra | % |
|--|-----------|-----------|---------------------|------------|-------------|--------------------------------|-------------|-------------------------|-----------|-------------|------------------|----------------|-----------|-----------------------|------------------|------------|-------------|---------------|-----------|-----------------------|-------|
| ANÁLISE ECONOMICO-FINANCERA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Avaliação da Situação Financeira e Patrimonial | R 18 - 24 | | R 22 - 34 | R 28 - 35 | R 508 - 522 | R 15 - 19 | R 22 - 32 | R 72 - 81 | AEF 1 - 9 | R 18 - 19 | R 48 - 60 | R 58 - 75 | R 14 - 24 | R 40 - 76 | R 47 - 80 | R 18 - 23 | R 2 - 5 | P 104 - 108 | R 24 - 29 | 18 | 94,7% |
| Estrutura de Custos e Perdas | R 20 | | R 23 | R 28 | R 510 | R 17 | R 31 | R 77 | AEF 6 | R 44 | R 58 | R 58 | R 14 - 15 | R 51 - 61 | R 77 | R 20 | R 4 | P 103 | R 28 | 18 | 94,7% |
| Estrutura de Provetos e Ganhos | R 20 | | R 25 | R 30 | R 510 | R 17 | R 31 | R 77 | AEF 5 | R 44 | R 58 | R 65 | R 16 - 19 | R 41 - 50 | R 77 | R 20 | R 5 | P 102 | R 28 | 18 | 94,7% |
| Indicadores de Gestão (Rácios) | R 21 - 23 | | R 8; 12; 16; 18; 27 | R 34 | R 535 - 511 | R 13 / R 16 / R 18 - 19 / R 22 | | R 82 - 84 | EAF 9 | R 48 - 51 | R 44 - 47 / R 50 | R 57 / R 75 | R 13 | R 75 - 76 | R 34 / R 79 - 80 | | R 12 / R 17 | | R 19 | 15 | 78,9% |
| Fontes de Financiamento do Investimento | | | | | | | R 49 | | | | | | | | | R 16 | | | | 2 | 10,5% |
| ANÁLISE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da receita | R 8 - 10 | R 4 - 5 | R 7 | R 6 / R 10 | R 487 | R 5 | R 50 / R 53 | R 22 | | R 24 / R 26 | R 27 / R 28 | R 48 | R 6 | R 7 | R 17 | R 6 | R 6 | | R 13 | 17 | 89,5% |
| Evolução da receita | R 11 - 12 | R 7 | | R 18 | R 486 | R 7 | R 51 - 52 | R 13 - 14 / R 23 - 35 | | R 22 | R 28 | R 48 - 50 | R 7 | R 7 | R 17 | R 7 | R 11 | P 99 - 100 | R 13 | 17 | 89,5% |
| DESPESA: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estrutura da despesa | R 13 - 14 | R 12 - 18 | R 11 | R 6 / R 13 | R 488 | R 10 | R 56 / R 60 | R 37 - 39 | | R 27 | R 32 | R 51 | R 9 - 10 | R 13 | R 21 - 30 | R 11 | R 13 | | R 15 | 17 | 89,5% |
| Evolução da despesa | R 15 - 16 | | | R 20 | R 489 | R 11 | R 58 | R 13 / R 15 / R 40 - 58 | | R 28 - 30 | R 32 | R 51 - 52 | R 10 | R 13 | R 21 - 30 | R 12 | R 13 - 15 | P 101 - 102 | R 15 - 16 | 16 | 84,2% |
| DÍVIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| De Terceiros | | | | R 36 | | | R 25 | | | | R 55 | | R 25 | R 65 | R 67 | | | | | 6 | 31,6% |
| A Terceiros | R 25 | | | R 37 - 38 | R 514 - 516 | | R 36 - 37 | R 65 | | R 31 | R 55 | R 76 | R 25 | R 70 / R 80 | R 74 / MA | R 21 | R 28 | P 105 - 108 | | 14 | 73,7% |
| ENDIVIDAMENTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL | | | | R 41 - 43 | R 518 - 519 | R 21 | R 38 - 39 | R 64 / R 70 - 71 | | R 34 - 36 | R 36 - 38 | R 6 - 7 / R 76 | R 24 | R 78 - 80 | R 39 - 45 | R 21 - 22 | R 19 - 24 | P 108 | R 21 - 24 | 15 | 78,9% |
| ENDIVIDAMENTO | R 25 | | R 18 | R 37 - 43 | R 520 - 524 | R 20 / I 14 - 15 | R 36 | R 66 | | | R 55 | R 76 | R 24 | R 68 - 69 / R 76 - 77 | R 35 - 39 | R 21 - 22 | R 22 | P 105 | | 15 | 78,9% |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | R 24 | | R 34 | R 35 | R 550 | R 23 | R 104 | R 85 | MA | | R 70 | R 77 / MA | R 25 - 26 | R 83 | R 81 | R 23 | R 28 | P 103 / P 109 | R 29 | 17 | 89,5% |
| FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO | R 25 | | | | R 554 | | | | | | | R 77 | R 26 | | | | | | | 4 | 21,1% |
| Itens validados por município | n.º | 12 | 3 | 8 | 13 | 13 | 11 | 13 | 12 | 5 | 10 | 13 | 14 | 13 | 13 | 12 | 12 | 9 | 10 | | |
| | % | 80% | 20% | 53% | 87% | 87% | 73% | 87% | 80% | 33% | 67% | 87% | 87% | 93% | 87% | 87% | 80% | 80% | 60% | 67% | |

A - Anexo DA - Documento anexo P - Prestação de Contas R - Relatório de Gestão

Anexo 13 – Questionário

LISTA NOMINATIVA - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

| | |
|-----------|--|
| MUNICÍPIO | |
|-----------|--|

| Responsável Político - Área Financeira | |
|--|--|
| Nome | |
| Idade | |
| Cargo | |
| Nº anos no cargo | |
| Habilitações Literárias | |
| Endereço Eletrónico | |

| Responsável Técnico - Área Financeira | |
|---|--|
| Nome | |
| Idade | |
| Categoria | |
| Departamento/Divisão/Secção/Serviço | |
| Antiguidade na função (Pública e Privada) | |
| Habilitações Literárias | |
| Endereço Eletrónico | |

| Responsável Técnico - Elaboração dos documentos | |
|---|--|
| Nome | |
| Idade | |
| Categoria | |
| Departamento/Divisão/Secção/Serviço | |
| Antiguidade na função (Pública e Privada) | |
| Habilitações Literárias | |
| Endereço Eletrónico | |

Anexo 14 – Mapa de informação dos responsáveis políticos pela elaboração dos documentos de prestação de contas

| Concelho | Responsável Político pela Área Financeira | | | |
|----------------------|---|-------|--|--|
| | Nome | Idade | Cargo | Habilitações Literárias |
| Águeda | Edson Santos | 40 | Chefe de Gabinete | Licenciatura em Gestão |
| Albergaria-a-Velha | João Agostinho Pinto Pereira | 55 | Presidente da Câmara Municipal | Curso Geral dos Liceus (Professor) |
| Anadia | Literio Augusto Marques | 71 | Presidente da Câmara Municipal | Curso do Magistério Primário |
| Arouca | Eng.º José Artur Tavares Neves | 51 | Presidente da Câmara Municipal | Engenheiro Civil (Bacharelato) |
| Aveiro | Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira | 36 | Vereador do Pelouro das Finanças | Licenciatura em Gestão de Empresas |
| Castelo de Paiva | Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus | | Presidente da Câmara Municipal | Licenciatura em História |
| Espinho | Dr. António Vicente de Amorim Alves Pinto | 42 | Vice-Presidente - Vereador do Pelouro das Finanças | Licenciatura em Contabilidade e Gestão |
| Estarreja | Dr. Abílio José Ferreira da Silveira | | Vice-Presidente - Vereador do Pelouro das Finanças | |
| Ílhavo | | | | |
| Mealhada | | | | |
| Murtosa | Dr. Joaquim Manuel Dos Santos Batista | 44 | Presidente da Câmara Municipal | Licenciatura em Agronomia |
| Oliveira de Azeméis | Dr. Hermínio José Sobral Gonçalves Loureiro | 48 | Presidente da Câmara Municipal | Licenciatura em Gestão de Empresas |
| | Dr. Pedro João Alves Carneiro Marques | 43 | Vereador do Pelouro das Finanças | Licenciatura em Direito |
| Oliveira do Bairro | Mário João Ferreira da Silva Oliveira | 52 | Presidente da Câmara Municipal | 12º Ano |
| Ovar | Manuel Alves de Oliveira | 62 | Presidente da Câmara Municipal | Doutoramento em Ciência Política e Administração |
| Santa Maria da Feira | Alfredo Oliveira Henriques | 69 | Presidente da Câmara Municipal | 9º Ano |
| São João da Madeira | | | | |
| Sever do Vouga | Dr. Manuel da Silva Soares | 58 | Presidente da Câmara Municipal | Licenciatura em Direito |
| Vagos | Dr. Silvério Rodrigues Regalado | 34 | Vereador do Pelouro das Finanças | Licenciatura em Gestão de Empresas |
| Vale de Cambra | Eng.º José António Bastos Silva | 57 | Presidente da Câmara Municipal | Engenheiro Civil (Licenciatura) |

Anexo 15 – Mapa de informação dos responsáveis técnicos pela elaboração dos documentos de prestação de contas

| Concelho | Responsável Técnico pela Área Financeira | |
|----------------------|--|---|
| | Categoria | Habilitações Literárias |
| Águeda | Chefe de Divisão | Licenciatura em Contabilidade e Auditoria |
| Albergaria-a-Velha | Chefe de Divisão | Licenciatura em Contabilidade e Auditoria |
| Anadia | Chefe de Divisão | Licenciatura em Economia |
| Arouca | Diretor de Departamento | Mestrado em ciências juridico-administração |
| | Coordenador Técnico | 12º Ano |
| Aveiro | Chefe de Divisão | Licenciatura em Gestão de Empresas |
| | Chefe de Divisão | Licenciatura Bietápica em Contabilidade e Administração Pública |
| Castelo de Paiva | Chefe de Divisão | Licenciatura em Economia |
| Espinho | Chefe de Divisão | Licenciatura em Gestão / Pós-graduação em Gestão Autárquica |
| | Técnica Superior | Licenciatura em Contabilidade e Gestão |
| Estarreja | Chefe de Divisão | Licenciatura em Economia |
| | Técnica Superior | Licenciatura em Contabilidade e Auditoria |
| Ílhavo | Não respondeu | Não respondeu |
| Mealhada | Não respondeu | Não respondeu |
| Murtosa | Chefe de Divisão | Licenciatura em Direito |
| Oliveira de Azeméis | Chefe de Divisão | Licenciatura em Contabilidade e Administração Empresarial |
| | Diretor - Chefe de Equipa Multidisciplinar | Licenciatura em Administração Pública, Regional e Local |
| Oliveira do Bairro | Técnica Superior | Licenciatura em Ciências Administrativas |
| | | Pós-graduação em Direito das Autarquias Locais |
| Ovar | Técnica Superior | Licenciatura em Contabilidade e Gestão |
| Santa Maria da Feira | Chefe de Divisão | Licenciatura em Administração Pública |
| São João da Madeira | Não respondeu | Não respondeu |
| Sever do Vouga | Diretor de Departamento | Licenciatura em Auditoria e Contabilidade |
| | Técnico Superior | Licenciatura em Auditoria e Contabilidade |
| Vagos | Chefe de Divisão | Licenciatura em Economia |
| Vale de Cambra | Técnico Superior | Licenciatura em Administração Pública |